

AÇÕES E RESULTADOS

2017



1. EIXO ECONÔMICO E INFRAESTRUTURA

Foco	Assunto
Responsabilidade Fiscal	Repatriação de capital
	Renegociação de dívidas dos estados
Atenção ao consumidor	Cartão de crédito: mudanças no rotativo e redução de juros
	Liberação de saques contas inativas FGTS
Modernização e Produtividade	Modernização trabalhista
	Plano Agro+
	Renegociação de dívidas de agricultores do Norte e Nordeste
	Programa Seguro Emprego (PSE)
	Programa Brasil Mais Produtivo
	Plano Nacional da Cultura Exportadora
	Portal Único do Comércio Exterior
	Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural
Promoção do turismo	Licitações de campos marginais de petróleo e gás natural
	Brasil + Turismo - Ampliação do turismo no Brasil
Econômico	Brasil + Turismo - Emissão de Vistos Eletrônicos
	Estimativa da safra 2016-2017
	Plano Agrícola
	Vacinação contra Aftosa 2017
	Acordos Comerciais
	Criação da ZPE do Porto do Açu
	Balança Comercial Brasileira
Projeto de Integração do Rio São Francisco	
Desenvolvimento Regional	Fundos Regionais
Aeroportos	Aeroporto de São Luís
	Novas regras para Transporte Aéreo
	Inauguração do Aeroporto de Jericoacoara/CE
	Investimentos em aeroportos regionais
Rodovias	Obras Públicas (DNIT)
	BR-101/RN Obras Complementares entre Natal e Parnamirim (Construção de Viadutos de Neópolis, Emaús, Cohabinal e Passagem Inferior de Pium)
	BR-101/PE Duplicação Palmares – Divisa PE/AL (resta 120 m remanescente)
	BR-101/AL Duplicação do Contorno de Messias
	BR-242/BA Construção Luís Eduardo Magalhães – Div. BA/TO
Concessão	BR-163/PR Duplicação Cascavel – Santa Tereza do Oeste
	BR-101/RJ Mergulhão da Ponte Rio-Niterói/RJ: 0,5 km
Portos	Prorrogações Antecipadas Nitport e Nitshore (Porto de Niterói/RJ)
	Prorrogação Antecipada: TESC (São Francisco do Sul/SC)
	Prorrogação Antecipada: Tequimar (Porto do Itaqui/MA)
	Prorrogação Antecipada: Convicon (Porto de Vila do Conde/PA)
	Ampliação do Cais Público do Porto Novo do Porto de Rio Grande/RS
	Alinhamento e Reforço do Berço 3 no Porto de Itajaí/SC
	Dragagem Porto de Vitória/ES
Dragagem Porto do Rio de Janeiro/RJ	
Hidrovias	Dragagem Porto de Maceió/AL
	Dragagem do Rio Madeira
	Início do Derrocamento do Pedral de Nova Avanhandava
Fundo Marinha Mercante	Aprovação do Conselho do Fundo Marinha Mercantes para novos investimentos
Parcerias de Investimento	4ª Rodada de Acumulações Maduras (petróleo e gás)
	4ª Rodada de Acumulações Marginais (petróleo e gás)
	Leilão de 35 lotes de linhas de transmissão de energia elétrica
	Leilão dos aeroportos de Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza

	Leilão dos terminais portuários de Santarém
	Leilão do Terminal do Trigo do Porto do RJ
	Leilão do Terminal de Passageiros do Porto de Salvador (BA)
	Leilão de 35 lotes de linhas de transmissão de energia elétrica
Transportes	Obras de Dragagem do Porto do Rio de Janeiro
	Financiamento para modernização da frota de ônibus
	Novo Marco Regulatório de Portos
Tecnologia e Comunicações	Lei de Revisão do Marco Regulatório da Radiodifusão
	Startout
	Sala de Inovação
	Laboratório de Cidade Inteligente
	Programa Inovativa
	Programa Nacional Conexão Startup Indústria
Habitação	Minha Casa, Minha Vida: melhorias no Programa
	Cartão Reforma
Riscos de Desastres	Gestão Integrada de Riscos de Desastres Naturais
Saneamento urbano	Ampliação do orçamento para saneamento básico
Saúde	Financiamento de hospitais filantrópicos
	Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Rio de Janeiro e varreduras em presídios
Segurança Pública	Portal Sem Barreiras
Melhoria do ambiente de negócios	Setor Supermercadista
	Ações na Suframa – Zona Franca de Manaus
	Reestruturação do Sistema Brasileiro de Propriedade Industrial
	Novo Portal do Empreendedor

2. MELHORIA DA EFICIÊNCIA DO ESTADO

Foco	Assunto
Combate à Corrupção	Ações de controle da corrupção
	Detecção de casos de corrupção
	Punições Adotadas
	Grupo Anticorrupção do G-20
Eficiência na gestão	Acordos Planos Econômicos
	Desburocratização
	Informatização na Saúde
	Fazer mais com os mesmos recursos disponíveis na Saúde
	Painel de Preços de referência para compras públicas
	Observatório Nacional do Mercado de Trabalho
	Programa Agro+ Integridade
	Sistema antifraude no Seguro Desemprego
	Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)
	4ª Conferência Lei da Empresa Limpa
	Ouvidoria - Avaliação Cidadã de Serviços e Políticas Públicas
	Política de Governança Pública
	CNH Digital
Energia	Recuperação da Petrobras
Modernização da Legislação	Nova Lei das Agências Reguladoras

3. SOCIAL E CIDADANIA

Foco	Assunto
Assistência à infância	Criança Feliz
	Atualização da Instrução Normativa da Lei Rouanet
Cultura	Fortalecimento e modernização do fomento ao Audiovisual
	Lançamento dos Primeiros Dois Volumes do Atlas da Cultura Brasileira
	Inauguração de Centro de Esportes e Artes Unificado

Educação	Apoio a feiras literárias no país
	Projeto Rio de Janeiro a Janeiro
	Criação do Prêmio Monteiro Lobato
	Novo Ensino Médio
	Base Nacional Curricular Comum (BNCC)
	Novo FIES
Emprego	Aumento do orçamento para Educação
	Formação de mulheres na linha bélica das Forças Armadas
Esporte	Sine Fácil
	Bolsa Pódio
Juventude	Bolsa Atleta
	Autoridade de Governança do Legado Olímpico
	Identidade Jovem
Políticas ambientais	Plano Juventude Viva
	Plataforma Juventude Segura
Políticas para as Mulheres	Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa
	Desastre de Mariana (MG): atuação articulada
Políticas inclusivas	Entrega de equipamento público
	Lançamento da Rede Brasil Mulher
	Bolsa Família: reajuste e melhorias no Programa
Promoção dos direitos das pessoas com deficiência	Benefício de Prestação Continuada (BPC): ampliação no atendimento e auditoria
	Regularização fundiária rural
	Jornada reduzida para servidores com familiares com deficiência
	Elaboração e disponibilização de Manual de Adaptações de Acessibilidade
Promoção da igualdade racial	Plano para a melhoria da Acessibilidade dos sítios eletrônicos governamentais
	Elaboração e disponibilização de Curso à Distância sobre Língua Brasileira de Sinais – Libras
	Parceria com o UNICEF para a criação de livro acessível referencial
	Governança e monitoramento da Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência
Saúde	Publicação da Coletânea “História da África” para ensino fundamental e médio
	Implantação do Cadastro Nacional de Órgãos e Conselhos de Igualdade Racial
	Acordos de Cooperação Internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
	Apoio da FAB ao transporte de órgãos
	Reforço de combate ao Aedes aegypti
	Distribuição de testes de zika vírus
	Microcefalia: habilitação de novos serviços
	Microcefalia: R\$ 250 milhões para pesquisa
	Programa Mais Médicos: prioridade para brasileiros
	Apoio a hospitais filantrópicos
	Renovação da frota do SAMU
	Novas tecnologias e medicamentos
	Incorporação do melhor medicamento para tratamento da Aids
	Habilitação de UPAs e mudança de regras
SUS Legal: mudanças na forma de repasse	
Diretrizes de assistência ao parto normal	
Inclusão de meninos para vacinação de HPV e ampliação da cobertura contra Meningite C	
Novos protocolos clínicos	
Combate à Febre Amarela	
Aumento do orçamento para Saúde	
Estoque Automático de Medicamentos	
Habilitação de UPAs e mudança de regras	
Segurança Hídrica	Plano Novo Chico

Segurança Pública	Doação de veículos para estados
	Plano Nacional de Segurança Pública
	Construção e reforma de presídios
	Articulação com Poder Judiciário sobre questão penitenciária
Social e Cidadania	Projeto Rondon
	Carro-Pipa
	Programa Forças no Esporte (PROFESP)
	Carteira de Trabalho Digital
4. O BRASIL E O MUNDO	
Foco	Assunto
Comércio Exterior	Resgate do propósito original do MERCOSUL
	Aproximação com e Aliança do Pacífico
	Relações MERCOSUL com outras regiões do mundo
	Exportações de Proteína Animal
	Organização Mundial do Comércio (OMC)
Política Externa	COP 23
	Lançamento da Plataforma para o Biofuturo
	Retomada da diplomacia presidencial/ Participação nos principais foros da governança global (ONU, BRICS, G-20)
	Universalismo das Relações Exteriores do Brasil
	Eleição para o Conselho de Direitos Humanos
	Eleição de brasileiros em órgãos internacionais
	Eleição de brasileiros em órgãos internacionais 2
	Eleição de brasileiros em órgãos internacionais 3
	Eleição de brasileiros em órgãos internacionais 4
	Eleição de brasileiros em órgãos internacionais 5
	Eleição de brasileiros em órgãos internacionais 6
	Eleição de brasileiros em órgãos internacionais 7
	Desarmamento e Não Proliferação Nuclear
	Pedido de Acesso à OCDE
	Operações de Manutenção da Paz
Eficiência nos Serviços Consulares	
Segurança das Fronteiras	

1. EIXO ECONÔMICO E INFRAESTRUTURA

Foco	Órgãos envolvidos	Síntese
Responsabilidade fiscal	Fazenda	Repatriação de capital A aprovação da repatriação de capital permitiu a regularização de recursos mantidos no exterior, pagando tributo e multa. Em 2017 houve nova abertura de prazo para a repatriação de recursos por meio da Lei nº 13.428, de 30 de março.
Responsabilidade fiscal	Fazenda	Renegociação da dívida dos estados O governo federal enviou ao Congresso projeto de Lei Complementar que prevê a recuperação fiscal e a renegociação de dívidas dos estados. Pelo texto, as unidades da federação teriam a contrapartida de adotar um plano de recuperação, incluindo redução de despesas com pessoal e de incentivos tributários, além da privatização de empresas estatais, entre outras medidas. O PLP 343/2017 foi aprovado na Câmara dos Deputados em 18 de abril.
Atenção ao consumidor	Fazenda	Cartão de crédito: mudanças no rotativo e redução de juros O Conselho Monetário Nacional restringiu a 30 dias o prazo do crédito rotativo do cartão de crédito. Vencido esse prazo, as operadoras ficam obrigadas a oferecer outras maneiras para o cliente quitar seu débito, por meio de linhas de crédito com juros menores que o rotativo. Resolução 4.549, de janeiro.
Atenção ao consumidor	Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Liberção de saques de contas inativas FGTS O governo liberou o saque dos saldos do FGTS para contas inativas até 31/12/2015. A decisão injetou mais de R\$ 44 bilhões na economia, com um impacto de cerca de 0,61% no Produto Interno Bruto (PIB). No total, aproximadamente 25,9 milhões de pessoas retiraram o dinheiro. Os saques do FGTS foram realizados até o dia 31 de julho.
Modernização e produtividade	Trabalho	Modernização Trabalhista A nova Lei trabalhista entrou em vigor no dia 11 de novembro, para tornar o país mais competitivo, mais produtivo e com mais empregos. Na prática, isso significa melhores relações entre trabalhadores e empregadores, com novas regras para parcelamento de férias, compensação de jornada de trabalho, intervalo intrajornadas, plano de cargos e salários, banco de horas e trabalho remoto.
Modernização e produtividade	Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Plano Agro+ Entre as ações já adotadas por meio do Agro+, estão: Redução da temperatura de congelamento de -18°C para -12°C dos cortes suínos. Isto tem impacto no gasto de energia elétrica, aliviando o custo de produção dos frigoríficos. Regras que orientavam a produção de laticínios, ovos e mel comuns aos médios e grandes produtores foram flexibilizadas para viabilizar os pequenos negócios (Instrução Normativa nº 5 de 14.02.2017). A INA estimula a criação e a formalização de agroindústrias familiares (estabelecimentos de até 250 metros quadrados). Com a mudança são adequadas as exigências de equipamentos e de instalações para essas pequenas agroindústrias sem abrir mão de parâmetros higiênicos e sanitários, preservando a segurança dos alimentos e a saúde pública. A medida é para a indústria quase artesanal, formada por milhares de pequenos produtores. Exemplos de adequações são a dispensa, em situações específicas, de equipamentos como resfriador à placa, tanque de estocagem e equipamento de pasteurização rápida. No caso da utilização de leite proveniente somente da produção própria, é dispensado também o laboratório. As instalações também podem ser anexadas à residência, desde que tenham acessos independentes, e não precisam ter uma sede para o Serviço de Inspeção. Fim da exigência de vigilância epidemiológica para Salmonella Enteritidis, Salmonella Typhimurium, Salmonella Gallinarum e

		Salmonella Pullorum das aves de um dia e ovos férteis que forem provenientes de granjas de reprodução certificadas como livres para estes agentes patogênicos e vacinadas para a doença de Newcastle (IN nº 08 de 17/02/2017). A medida traz agilidade aos procedimentos e reduz custos operacionais, mantendo ao mesmo tempo padrões de sanidade internacionais. Dispensada a reinspeção de produtos importados quando o histórico do produto demonstra baixa ocorrência de não conformidades, buscando a agilização dos procedimentos de importação (Decreto nº 9.013 de 29/03/2017). Execução crédito: Valor é 20,6% superior ao observado no mesmo período na safra anterior
Modernização e produtividade	Integração Nacional	Renegociação de dívidas de agricultores do Norte e Nordeste Na região Norte, de um total de 219.881 dívidas passíveis de renegociação, em 2017 foram renegociadas 24.728.
Modernização e produtividade	Trabalho	Programa Seguro Emprego (PSE) O Programa Seguro Emprego (PSE) sucedeu o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) e tem o objetivo de evitar o desemprego, permitindo que as empresas em dificuldades financeiras reduzam em até 30% a jornada de trabalho dos seus empregados, com diminuição proporcional de salários. O governo federal complementa 50% do valor reduzido da renda desses trabalhadores, até o teto de 65% do valor máximo da parcela do seguro-desemprego. Até novembro, foram liberados R\$ 186.647.046,07 para atender 68.824 trabalhadores.
Modernização e produtividade	MDIC	Programa Brasil Mais Produtivo O Brasil Mais Produtivo tem o objetivo de prestar consultoria especializada, de baixo custo, para indústrias de pequeno e médio porte, visando ao aumento da produtividade. A iniciativa prevê investimentos em quatro setores prioritários: Alimentos e Bebidas; Metal mecânico; Moveleiro; e Vestuário e Calçados. Em abril o programa foi ampliado com foco em eficiência energética e tecnologia. Atualmente, o método a ser aplicado passa por testes, com 48 participantes. Até o final do ano, o Brasil Mais Produtivo deve atender três mil empresas industriais no Brasil. Estão previstos investimentos de R\$ 50 milhões.
Modernização e produtividade	MDIC	Plano Nacional da Cultura Exportadora Coordenado pelo MDIC, o PNCE reúne iniciativas de instituições parceiras nacionais e estaduais, com o objetivo de aumentar a base exportadora, estimulando a inserção de empresas de pequeno porte no mercado externo. O PNCE foi lançado em 24 unidades da federação, com o apoio de 150 instituições parceiras nacionais e estaduais, atendendo dez mil empresas desde a sua criação. Foram realizadas 300 ações, 41 municípios de 16 unidades da federação. No ano, foram atendidas aproximadamente 1,2 mil empresas.
Modernização e produtividade	MDIC	Portal Único do Comércio Exterior Iniciativa de reformulação dos processos de exportação, importação, e trânsito aduaneiro, o Portal Único de Comércio Exterior conta com uma atuação conjunta do MDIC com a Receita Federal. O Impacto previsto sobre o PIB é de R\$ 23,8 bilhões no momento da implementação completa, prevista para 2018. Considerada como a principal iniciativa governamental de desburocratização e facilitação do comércio exterior brasileiro, o Portal coloca em prática o conceito de <i>single window</i> , criando uma interface única entre governo e operadores de comércio. Além de reduzir burocracia, reduz prazos das exportações e importações em cerca de 40%. Mais do que um portal, trata-se de um imenso esforço integrado do governo federal para reformular totalmente os processos de

		<p>exportação e importação. A ferramenta de anexação eletrônica de documentos possibilitou a eliminação do papel em 99% das operações de comércio exterior, que demandam algum tipo de anuência governamental. Este ano, foi lançado o Novo Processo de Exportações, que simplifica trâmites para vendas externas, elimina documentos e etapas e reduz exigências governamentais. Essa ação beneficia diretamente 5 milhões de operações anuais de exportação de mais de 255 mil empresas. Facilitação para exportação de micro e pequenas empresas - desde junho, 17 mil micro e pequenas empresas brasileiras exportadoras conseguem operar com mais facilidade, com a facilitação do uso da Declaração Única de Exportação (DU-E). A DU-E deve reduzir em até 40% o prazo médio para a efetivação de uma operação de exportação e em até 60% o preenchimento manual de dados. A mudança diminui erros e facilita a comprovação das exportações junto aos fiscos estaduais. O Novo Processo de Exportações vale, por enquanto, para exportações sujeitas apenas a controle da Receita Federal, o que simplifica e agiliza o desembaraço de mercadorias de elevado valor agregado. A partir de 28 de dezembro, todas as operações, mesmo aquelas que demandam mais controle aduaneiro, também poderão ser realizadas por meio do Portal Único de Comércio Exterior. Para 2018, estão previstas ações para a implantação do Novo Processo de Importação.</p>
Modernização e produtividade	Minas e Energia/Fazenda	<p>Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural Os leilões ocorreram em 27 de setembro de 2017 - 14ª Rodada em regime de concessão - e 27 de outubro de 2017 - 2ª e a 3ª rodadas em regime de partilha de produção do pré-sal. Na 14ª Rodada foram ofertados 287 blocos exploratórios, tendo sido arrematados 37 blocos, com a arrecadação de 3,84 bilhões de reais em Bônus de Assinatura, e investimento mínimo previsto de 846 milhões de reais. Na 2ª Rodada de Partilha de Produção foram ofertados 4 áreas unitizáveis, relativas aos campos de Sapinhoá, Gato do Mato, Carcará e Tartaruga Verde, resultando no arremate das três primeiras áreas. Foram arrecadados 3,3 bilhões de reais em Bônus de Assinatura nesse certame. Na 3ª Rodada de Partilha de Produção foram ofertados os blocos exploratórios de Pau Brasil, Peroba, Alto de Cabo Frio-Oeste e Alto de Cabo Frio-Central, resultando no arremate das três últimas áreas com o pagamento de 2,85 bilhões de reais a título de Bônus de Assinatura. Para 2018, estão previstas a 15ª rodada em regime de concessão e a 4ª rodada em regime de partilha (pré-sal). Haverá ainda a licitação de blocos e campos marginais no sistema de oferta permanente, em implantação pela ANP. E, finalmente, em 2019, estão previstas a 16ª rodada de licitações em regime de concessão e a 5ª rodada de partilha de produção.</p>
Modernização e produtividade	Minas e Energia / Fazenda	<p>Licitações de campos marginais de petróleo e gás natural O governo realizou o leilão de áreas inativas com acumulações marginais de óleo e gás. A licitação foi realizada em maio/2017, resultando no arremate de oito áreas em três bacias sedimentares, nos estados do Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Bahia. As áreas ofertadas possuem as seguintes denominações: Garça Branca, Rio Mariricu (Bacia do Espírito Santo), Iraúna, Noroeste do Morro Rosado, Urutau (Bacia Potiguar), Araçás Leste, Itaparica, Jacumirim e Vale do Quiricó (Bacia do Recôncavo). Foram arrecadados R\$ 7,9 milhões em Bônus de Assinatura, valor muito superior ao mínimo estabelecido no edital, de R\$ 451 mil. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) foi a responsável pela realização do leilão. Essa operação, chamada de 4ª Rodada de Licitações de Áreas Inativas com Acumulações Marginais, foi a primeira a ser realizada neste ano,</p>

		havendo ainda outras três rodadas de licitações com outros tipos de blocos e campos.
Promoção do turismo	Turismo	Brasil + Turismo – Ampliação do turismo no Brasil O novo Mapa do Turismo brasileiro foi divulgado em 12 de setembro, destacando municípios que adotam o turismo como estratégia de desenvolvimento e serve para basear a definição de políticas públicas para o setor. De 2.175 cidades, em 291 regiões, em 2016, o Brasil passou a contar com 3.285 municípios em 328 regiões turísticas em 2017. O mapa será atualizado a cada dois anos. Em 2017, foi feito repasse de R\$ 5,4 milhões para os Órgãos Estaduais de Turismo para elaboração de projetos executivos, planos de desenvolvimento integrado do Turismo Sustentável e de Marketing; entre outros. O ministério do Turismo divulgou resultado final da chamada pública em 02 de setembro .
Promoção do turismo	Turismo e Relações Exteriores	Brasil + Turismo – Emissão de Vistos Eletrônicos A concessão de vistos eletrônicos transforma todo o período de solicitação, pagamento de taxas, análise, concessão e emissão de visto num processo de apenas 48 horas, via web ou por um aplicativo. Esta ação visa melhorar a posição do Brasil no item de abertura internacional. Num ranking de 136 nações o país está na 96ª posição. O sistema para solicitação do visto eletrônico começou a funcionar em 21/11 para australianos e o cronograma segue com EUA, Japão e Canadá até o final de janeiro.
Econômico	Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Estimativa da Safra 2016-2017 Levantamento da safra 2016/17 realizado em setembro de 2017, indicou a produção de 238,8 milhões de toneladas de grãos, com crescimento de 28% em relação à safra 2015/16, uma diferença a mais de 52,1 milhões de toneladas. A área plantada foi estimada em 60,9 milhões de Hectares, com crescimento de 4,4% sobre a safra 2015/16. O clima favorável foi fator preponderante para o resultado obtido.
Econômico	Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Plano Agrícola Médios e grandes produtores rurais contrataram R\$ 64,6 bilhões de instituições financeiras, no período de julho a novembro deste ano, o equivalente a 34% do total programado pelo Governo Federal para financiar a produção agrícola brasileira (R\$ 188,4 bilhões). Os dados constam do Relatório de Financiamento Agropecuário – Novembro – referentes aos cinco primeiros meses de liberação de recursos da safra 2017/2018.
Econômico	Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Vacinação contra Aftosa Dos 195,5 milhões de bovinos e bubalinos previstos para serem vacinados nas primeiras etapas de vacinação deste ano, 192,1 milhões de cabeças foram vacinadas durante o período oficial da vacinação, com uma cobertura vacinal de 98% nas 26 UFs onde a vacinação é obrigatória.
Econômico	MDIC	Acordos Comerciais Brasil x Colômbia – ratificado acordo automotivo que zera alíquotas de importação e prevê a concessão de 100% de preferência para veículos dos dois países, com cotas anuais crescentes. Em 2017, até novembro, as exportações brasileiras para o mercado colombiano foram de 19.576 mil unidades, o que representou um crescimento de 18,8% na comparação com o mesmo período de 2016; Brasil x Paraguai – acordo para o fornecimento de carros populares brasileiros para o programa Vehículo 0km para la Familia Paraguaya. Previsão é vender, em 12 meses, 10 mil carros a mais para o mercado paraguaio. Com o ministério da Indústria, está sendo negociado ainda um acordo automotivo, com foco na integração das cadeias produtivas dos dois países

Econômico	MDIC Fazenda Planejamento Integração Nacional Meio Ambiente Casa Civil	Criação da CZPE do Porto do Açú O Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), presidido pelo MDIC, aprovou a criação de mais uma Zona de Processamento de Exportação no Brasil, a do Porto do Açú, no Rio de Janeiro. A área indicada para a ZPE fluminense tem 182,2 hectares e faz parte do distrito industrial de São João da Barra. A administração da ZPE será concedida à iniciativa privada, que prevê investimentos de R\$ 40 milhões no empreendimento. A criação da ZPE está associada a um projeto industrial piloto, o Rochas do Açú, de processamento de mármore, granito, ardósia e outras pedras. A empresa deve investir outros R\$ 42 milhões no negócio, que tem como foco principal as exportações.
Econômico	MDIC	Balança Comercial Brasileira Até o mês de novembro, as exportações brasileiras somaram US\$ 200,154 bilhões, valor que ultrapassou em US\$ 30,2 bilhões todas as vendas externas realizadas em 2016. Na mesma data, o saldo comercial chegou a US\$ 62 bilhões – recorde histórico do superávit comercial. O resultado confirma a projeção do MDIC de fechar o ano com um superávit recorde entre US\$ 65 milhões e US\$ 70 bilhões. As exportações acumulam uma alta de 18,2% no ano, resultado das ações de governo e do esforço da indústria e também do agronegócio. Por sua vez, as importações crescem quase 10% no ano, chegando a US\$ 138,147 bilhões no período. O aumento das importações sinaliza aquecimento da atividade econômica brasileira e está em linha com outros indicadores econômicos, como da retomada da atividade industrial.
Econômico	Integração Nacional	Projeto de Integração do Rio São Francisco O presidente da República, Michel Temer, deu prioridade à conclusão do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Em março de 2017, foi inaugurado o Eixo Leste, levando imediatamente água a Pernambuco e a Paraíba. Hoje, quase um milhão de pessoas nesses estados são contempladas pelas águas do Velho Chico. O Eixo Leste se estende por 217 quilômetros e beneficiará 4,5 milhões de pessoas. Já no Eixo Norte, que possui 260 quilômetros de extensão, 94,9% das obras físicas estão concluídas. No total, o Projeto de Integração do Rio São Francisco beneficiará 12 milhões de pessoas nos estados de Pernambuco, da Paraíba, do Ceará e Rio Grande do Norte. Período: Até o final de 2018.
Desenvolvimento Regional	Integração Nacional	Fundos Regionais O volume de recursos contratados pelos Fundos Constitucionais de Financiamento no Centro-Oeste (FCO), no Nordeste (FNE) e no Norte (FNO) do país cresceu 42% nos primeiros oito meses deste ano. Foram R\$ 15,3 bilhões em 2017 contra R\$ 10,8 bilhões no mesmo período do ano passado – o maior crescimento foi no Centro-Oeste, 85% de incremento. O desempenho foi possível a partir de medidas tomadas para ampliar o acesso ao crédito. Os recursos atendem desde o agricultor familiar às grandes indústrias, com o objetivo de aquecer a economia e estimular o desenvolvimento regional.
Aeroportos	Transportes	Aeroporto de São Luís Nova sala de embarque do Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado. Ampliação do terminal de passageiros, com investimento de R\$ 17 milhões, para embarques remotos. Entregue em março.
Aeroportos	Transportes	Novas regras para Transporte Aéreo Entre as mais de 40 medidas que ampliam os direitos dos viajantes estão novas regras de reembolso e devolução de bagagem extraviada; obrigações das empresas aéreas em caso de atrasos, cancelamentos e alteração de voo; normas relacionadas a overbooking, assistência material ao passageiro e transporte de animais, entre outras. Anúncio em 14 março.

Aeroportos	Transportes	<p>Inauguração do Aeroporto de Jericoacoara/CE O empreendimento é resultado das parcerias entre Governo Federal, Estadual e Municipal. O governo do Ceará investiu na infraestrutura, na pista, no terminal e nos acessos. O Ministério investiu R\$ 13,9 milhões – R\$ 12,3 milhões em equipamentos mais R\$ 1,6 milhões em um carro de combate a incêndio.</p> <p>Dentre os equipamentos já instalados e homologados estão os de navegação e a Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA), permitindo a operação dos primeiros vôos charters. O Terminal passou a receber voos regulares após a certificação da ANAC, em julho de 2017.</p>
Aeroportos	Transportes	<p>Investimentos em aeroportos regionais 36 instrumentos de repasse assinados e vigentes para investimentos em aeroportos regionais em todo o Brasil. Quatro programas de investimentos em equipamentos que beneficiam mais de 50 aeroportos regionais. O valor total de investimentos em andamento supera R\$ 800 milhões, do Fundo Nacional de Aviação Civil.</p>
Rodovias	Transportes	<p>Obras Públicas (DNIT) Conclusão de 382,0 km pavimentados/duplicados e 87% de malha coberta por manutenção</p>
Rodovias	Transportes	<p>BR-101/RN Obras Complementares entre Natal e Parnamirim (Construção de Viadutos de Neópolis, Emaús, Cohabinal e Passagem Inferior de Pium) Abertura do tráfego sobre o viaduto de Neópolis. O viaduto faz parte de um contrato que ainda conta outros 5 viadutos, uma trincheira, 5 passarelas, 13.2 km de vias marginais e sistema de drenagem. O valor total de investimento para o contrato é de R\$ 166,1 milhões e a previsão é de que o restante das obras sejam entregues progressivamente até junho de 2018.</p>
Rodovias	Transportes	<p>BR-101/PE Duplicação Palmares – Divisa PE/AL (resta 120 m remanescente) Mais um trecho duplicado da BR-101, em Alagoas. Liberação do tráfego entre os municípios de Flexeiras e Messias. Investimento de aproximadamente, R\$ 55 milhões, para a realização das obras de duplicação da pista, e restauração da pista já existente.</p>
Rodovias	Transportes	<p>BR-101/AL Duplicação do Contorno de Messias Liberação do tráfego em mais 8 km da BR-101. Investimento de R\$ 60 milhões no trecho que vai do município de Messias até o de Rio Largo. As obras incluem a duplicação da pista, requalificação do pavimento e a construção de dois viadutos que ligam a rodovia à BR 104. A pista inaugurada faz parte do Lote 3 da BR-101. Ao todo esse lote tem 46 km de obras que já estão com percentual de 80% de execução. O investimento total para toda a extensão será de R\$ 300 milhões.</p>
Rodovias	Transportes	<p>BR-242/BA Construção Luís Eduardo Magalhães – Div. BA/TO Liberação do tráfego da BR-242 em Luís Eduardo Magalhães, na Bahia. A obra faz parte de um corredor de ligação entre o oeste baiano e a região sudeste do estado de Tocantins. Foram investidos R\$ 63,7 milhões no empreendimento, que vai beneficiar mais de 450 mil pessoas. São 49 quilômetros de extensão, que vão do município de Luís Eduardo Magalhães até a divisa com o estado de Tocantins.</p>
Rodovias	Transportes	<p>BR-163/PR Duplicação Cascavel – Santa Tereza do Oeste, Paraná Liberação de mais um trecho de pista duplicada da BR-163, entre o município de Cascavel e o distrito de Santa Maria. Mais de 10 mil veículos passam pela rodovia diariamente. A liberação faz parte do projeto de duplicação da BR-163, entre Cascavel e Marmelândia, que tem, no total, 74,9 quilômetros de extensão e previsão de investimentos de R\$ 666 milhões. Em 27 de outubro.</p>

Concessão	Transportes	BR-101/RJ Mergulhão da Ponte Rio-Niterói/RJ: 0,5 km Passagem subterrânea para reduzir o fluxo de veículos na região e melhorar a trafegabilidade, especialmente para os usuários que cruzam a cidade no sentido da Ponte Rio-Niterói e BR-101, que leva a São Gonçalo. É pedra fundamental da construção de 23 quilômetros da terceira pista da BR-101, sentido Norte: o Trevo da Manilha, em Itaboari. O trecho, que liga Niterói à divisa do Espírito Santo, faz parte do contrato com a concessionária Autopista Fluminense e promete desafogar o tráfego local e o de longa distância. Em 19 de agosto.
Portos	Transportes +PPI (Avançar Parcerias)	Prorrogações Antecipadas Nitport e Nitshore (Porto de Niterói/RJ) Os Terminais Portuários Nitport e Nitshore tiveram seus contratos de prorrogação antecipada assinados. O prazo de prorrogação de cada contrato será de 12 anos e os investimentos somados serão de R\$ 63,8 milhões. Em 25 de novembro.
Portos	Transportes +PPI (Avançar Parcerias)	Prorrogação Antecipada: TESC (São Francisco do Sul/SC) O contrato foi prorrogado até maio de 2046. Previsão de investimentos de R\$ 141,2 milhões, nos quatro primeiros anos. Os recursos vão para a construção de três silos, com capacidade estática de 63 mil toneladas; expansão de área em 8.150 m ² , instalações, automação e um desvio ferroviário, com capacidade de apoio para até 80 vagões. Os investimentos vão permitir um acréscimo de 1,5 milhão de toneladas em movimentação de granéis sólidos por ano, a partir de 2023, contribuindo o desenvolvimento do agronegócio regional. Em julho de 2017
Portos	Transportes +PPI (Avançar Parcerias)	Prorrogação Antecipada: Tequimar (Porto do Itaqui/MA) Concessão prorrogada por mais 25 anos; unifica os contratos de arrendamento e possibilita o investimento de R\$ 169 milhões, até 2026. Originalmente, a prorrogação seria em 2024, mas foi antecipada. Por isso o concessionário terá que antecipar estes investimentos. Em agosto de 2017
Portos	Transportes +PPI (Avançar Parcerias)	Prorrogação Antecipada: Convicon (Porto de Vila do Conde/PA) Até 2033, empresa vai investir mais de R\$ 129 milhões em ampliação, equipamentos e sistemas no porto paraense. Com a prorrogação antecipada, a empresa vai investir mais de R\$ 37,2 milhões, não previstos no contrato de arrendamento, a serem realizados no período de 2018 a 2019.
Portos	Transportes e Secretaria-Geral da PR	Ampliação do Cais Público do Porto Novo do Porto de Rio Grande/RS Obra concluída, com investimento de R\$ 120 milhões. Inclui a construção de 1.125 metros de cais, que vai permitir o aumento da capacidade operacional do Porto e a possibilidade de receber simultaneamente quatro navios; a instalação de equipamentos modernos para elevar a produtividade e a atração de novos investimentos privados com a possibilidade de concessão de retroárea (área adjacente ao porto) com novas modelagens de arrendamento.
Portos	Transportes	Alinhamento e Reforço do Berço 3 no Porto de Itajaí/SC As obras foram concluídas em dezembro. Investimento de R\$ 147 milhões na obra, que vai permitir o aumento da movimentação portuária.
Portos	Transportes	Dragagem Porto de Vitória/ES Dragagem e derrocagem (retirada de rochas) do Canal de acesso ao Porto de Vitória. As novas profundidades do canal, dos berços e da bacia de manobra garantirão o acesso de navios maiores, que irão representar um aumento de 30% na movimentação de carga no Porto de Vitória. Foram dragados quase dois milhões de metros cúbicos de sedimentos e derrocados mais de 110 mil metros cúbicos de pedras. Foram R\$ 118,6 milhões em investimentos no Porto Capixaba. Entregue em 2 de outubro.

Portos	Transportes	Dragagem Porto do Rio de Janeiro/RJ Dragagem por resultado para a ampliação ao acesso do complexo portuário do Rio de Janeiro, com aumento em 50% de sua capacidade instalada. Os navios poderão movimentar até 900 contêineres a mais, cada.. Ao todo, foram investidos R\$ 237 milhões para a execução da obra.
Portos	Transportes	Dragagem Porto de Maceió/AL Esperada há 20 anos, a dragagem do Porto de Maceió teve início autorizado. A empresa belga Jan de Nul venceu a licitação para as obras de aprofundamento do Porto que incluem o canal de acesso, a bacia de evolução e os berços. O prazo para execução de vigência do contrato com a empresa é de 13 meses, a partir da assinatura, sendo nove para a execução do serviço de dragagem. Investimento de R\$ 31,7 milhões. Em 11 de outubro.
Hidrovias	Transportes	Dragagem do Rio Madeira Numa primeira etapa, o leito do rio será aprofundado em sete pontos críticos. Está prevista a retirada de mais de 100 mil m ³ de sedimentos. Os demais pontos críticos são Papagaio, Cintra, Três Casas, Conceição, Cojubim e Tamanduá, identificados nos estudos técnicos e confirmados pelas companhias de navegação. Nos próximos cinco anos, serão investidos R\$ 68,7 milhões para garantir o calado mínimo de 3,5 metros necessário para a navegação das barcas que escoam milho e soja do oeste de Mato Grosso para os portos do Arco Norte e também para a movimentação de combustível e carga geral entre Porto Velho e Manaus. Início da obra em 17 de agosto.
Hidrovias	Transportes	Início do Derrocamento do Pedral de Nova Avanhandava O Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes (DNIT) iniciou escavações em Nova Avanhandava, no Rio Tietê. A intervenção faz parte do derrocamento do pedral localizado em Buritama, São Paulo. Serão retirados mais de 700 mil m ³ de rocha, ao longo de um trecho de dez quilômetros de rio. A obra foi avaliada em R\$ 181,5 milhões. Em 20 de setembro.
Fundo Marinha Mercante	Transportes	Aprovação do Conselho do Fundo Marinha Mercante para novos investimentos No total, a 36ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, aprovou R\$ 6,7 bilhões: R\$ 3,6 bilhões foram destinados a embarcações de carga; R\$ 2,4 bilhões para estaleiros; R\$ 509,1 milhões para apoio marítimo; R\$ 56,7 milhões para transporte de passageiros; R\$ 44,5 milhões para conversão de embarcações; R\$ 20,2 milhões para apoio portuário; e R\$ 10,6 milhões para reparo de embarcações. Em dezembro.
Parcerias de investimento	PPI/MME	4ª Rodada de Acumulações Maduras Áreas inativas com acumulações marginais abrangem locais com descobertas de petróleo e/ou gás natural onde não houve produção ou a produção foi interrompida por falta de interesse econômico. A 4ª Rodada de licitações de áreas com acumulações maduras arrecadou em maio/2017 R\$ 7.977.983,46 em bônus de assinatura, com um ágio médio de 1991,52%, o maior já registrado em leilões de áreas de acumulações marginais. Além do bônus, estão previstos investimentos de R\$ 9.100.000,00 nas áreas arrematadas. O leilão ocorreu no dia 11/05 no Rio de Janeiro.
Parcerias de investimento	PPI/MME	4ª Rodada de Acumulações Marginais Áreas inativas com acumulações marginais abrangem locais com descobertas de petróleo e/ou gás natural onde não houve produção ou a produção foi interrompida por falta de interesse econômico. A 4ª Rodada de licitações de áreas com acumulações maduras arrecadou em maio/2017 R\$ 7.977.983,46 em bônus de assinatura, com um ágio médio de 1991,52%, o maior já registrado em leilões de áreas de acumulações marginais. Além do bônus, estão previstos investimentos de R\$ 9.100.000,00 nas áreas arrematadas. O leilão ocorreu no dia 11/05 no Rio de Janeiro.

Parcerias de Investimento	PPI, MME	Leilão de 35 lotes de linhas de transmissão de energia elétrica A ANEEL leiloou, em abril/2017, concessões para construção, operação e manutenção de 7.068 km de linhas de transmissão. O leilão propiciará R\$ 12,7 bilhões de investimentos em 19 estados. Dos 35 lotes ofertados 31 foram arrematados. O leilão apresentou deságio médio de 36,47% ao preço inicial ofertado. Isso significa que a receita dos empreendedores para exploração dos investimentos ficará menor que o previsto inicialmente, contribuindo para modicidade tarifária. O resultado do certame representa uma economia, em 30 anos, de R\$ 24,2 bilhões para os consumidores.
Parcerias de Investimento	PPI; Transportes, Portos e Aviação Civil	Leilão dos aeroportos de Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza Os quatro foram arrematados pelo valor total de R\$ 3,72 bilhões, com ágio de 23% em relação aos R\$ 3,01 bilhões estabelecidos pelo governo e de 93,75% em relação à oferta mínima prevista (R\$ 754 milhões). Em março.
Parcerias de Investimento	PPI; Transportes, Portos e Aviação Civil	Leilão dos terminais portuários de Santarém O governo arrecadou R\$ 68,2 milhões com o leilão dos terminais portuários de Santarém (PA), realizado em 23 de março. A vencedora foi o Consórcio Porto Santarém.
Parcerias de Investimento	PPI; Transportes, Portos e Aviação Civil	Leilão do Terminal do Trigo do Porto do RJ Com um valor de outorga de R\$ 1,18 milhão, o consórcio Maravilha venceu o leilão realizado em abril, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq, para o arrendamento da área e infraestrutura pública para movimentação e armazenagem de grãos sólidos de origem vegetal, especialmente trigo, localizadas dentro do Porto Organizado do Rio de Janeiro (RJ). O terminal deverá ter uma movimentação mínima de 682 mil toneladas já a partir do terceiro ano do contrato, atingindo 918 mil toneladas no vigésimo quinto ano. O valor do contrato alcança R\$ 515,797 milhões, e o prazo do arrendamento é de 25 anos, prorrogável por igual período. O contrato foi assinado em setembro.
Parcerias de Investimento	PPI; Transportes, Portos e Aviação Civil	Leilão do Terminal de Passageiros do Porto de Salvador (BA) Em julho de 2017 foi assinado contrato decorrente do leilão para o terminal de passageiros do Porto de Salvador/BA. Trata-se de prédio de 10,9 mil m ² , com 3 pavimentos e áreas para embarque, desembarque, despacho e recebimento de bagagens, controle de migração, operações alfandegárias, check-in, restaurantes e lojas. O Consórcio Novo Terminal Marítimo de Salvador (Contermas) foi o vencedor, arrematando a operação da instalação por R\$ 8,5 milhões como valor de outorga. O grupo é formado pelas empresas Socicam Terminais Rodoviários e ABA Infraestrutura e Logística.
Parcerias de Investimento	PPI, MME	Leilão de 35 lotes de linhas de transmissão de energia elétrica A ANEEL leiloou, em abril/2017, concessões para construção, operação e manutenção de 7.068 km de linhas de transmissão. O leilão propiciará R\$ 12,7 bilhões de investimentos em 19 estados. Dos 35 lotes ofertados 31 foram arrematados. O leilão apresentou deságio médio de 36,47% ao preço inicial ofertado. Isso significa que a receita dos empreendedores para exploração dos investimentos ficará menor que o previsto inicialmente, contribuindo para modicidade tarifária. O resultado do certame representa uma economia, em 30 anos, de R\$ 24,2 bilhões para os consumidores.
Transportes	Transportes, Portos e Aviação Civil	Obras de Dragagem do Porto do Rio de Janeiro As obras de dragagem do Porto do Rio de Janeiro foram concluídas em novembro pelo Consórcio Van Oord/Boskalis, após autorização da Capitania dos Portos do RJ. A dragagem proporcionará a ampliação do canal de acesso, da bacia de evolução e do acesso aos berços de acostagem, e possibilitará ao porto receber embarcações maiores, com capacidade de transportar até 8 mil contêineres de 6 metros de comprimento (8 mil TEUs). O porto também poderá receber navios graneleiros de até 75 mil

		toneladas de porte bruto. O valor das obras foi de R\$ 210 milhões.
Transportes	Cidades	Financiamento para modernização da frota de ônibus Concessionárias/permissionárias de transporte coletivo urbano apresentaram, em dezembro propostas nos agentes financeiros habilitados para renovação de cerca de 2.300 ônibus com valor de financiamento com recursos do FGTS de aproximadamente R\$ 1 bilhão. O Governo Federal vai financiar a montagem de dez mil novos ônibus para renovar a frota do País, com repasse de R\$ 3 bilhões para todas as unidades da Federação.
Transportes	Transportes	Novo Marco Regulatório de Portos O presidente da República, Michel Temer, assinou no dia 10/05/2017, decreto presidencial com mudanças na regularização portuária do Brasil. Entre as principais mudanças estão a ampliação dos prazos contratuais e liberdade para a realização de prorrogações de contratos, simplificação de processos de autorizações e ampliações de terminais de uso privado. A expectativa do governo é que o tempo para autorização de novos terminais caia de três anos para 180 dias.
Tecnologia e Comunicações	MCTIC	Lei de Revisão do Marco Regulatório da Radiodifusão Sancionada pelo Presidente Michel Temer em março, a Lei simplifica o processamento das renovações de outorga, reduzindo a burocracia nos pedidos de renovação e nos processos de transferência de outorga de emissoras de rádio e televisão.
Tecnologia e Comunicações	MDIC	Startout Em uma parceria com o setor privado, o MDIC promove a inserção internacional de startups brasileiras, por meio de uma intensa agenda desenvolvida com parceiros argentinos, franceses, americanos, alemães e israelenses. O foco é a capacitação de startups brasileiras e na conexão dessas empresas nascentes com clientes, parceiros e investidores estrangeiros. A meta é levar 240 empresas para o exterior até 2021. O projeto piloto foi realizado na Argentina e a primeira missão foi realizada em Paris, no início de dezembro.
Tecnologia e Comunicações	MDIC, MCTIC, Apex-Brasil, MRE, BNDES, CNPq e FINEP.	Sala de Inovação Instância de coordenação do governo federal para atração de centros de PD&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação). Esta iniciativa deverá estabelecer um novo paradigma de atração de investimento inovador para o Brasil, com o estabelecimento da lógica “one-stop-shop”. A Sala de Inovação é um projeto que envolve MDIC, MCTIC, Apex-Brasil, MRE, BNDES, CNPq e FINEP. Com este projeto, o governo federal quer atrair pelo menos 30 grandes centros de PD&I ao Brasil nos próximos cinco anos. Com a Sala de inovação, o Brasil promove uma melhor coordenação entre os atores do governo federal na atração de investimento em PD&I.
Tecnologia e Comunicações	MDIC	Laboratório de Cidade Inteligente A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Inmetro firmaram acordo de cooperação técnica para criar, no Rio de Janeiro, o primeiro laboratório brasileiro para pesquisas, testes e certificação de tecnologias a serem aplicadas nas chamadas cidades inteligentes. O acordo será desenvolvido em um período de dois anos e conta com investimento inicial de R\$ 2,5 milhões.
Tecnologia e Comunicações	MDIC MCTIC	Programa Inovativa Oferece capacitação online, mentorias de alto nível e conexão com o mercado para startups de todo o país, sem nenhum custo para os participantes. Neste ano, o programa, que coordenado pelo MDIC, foi escolhido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como exemplo mundial de

		<p>inovação no setor público. Este ano, o programa disputou com mais de 150 projetos de 46 países e hoje integra o Observatório de Inovação no Setor Público da OCDE, uma base de dados que já conta com 390 experiências de vários países no setor de inovação. Foram realizadas duas edições do programa, com mais de 2,7mil projetos submetidos, 555 startups selecionadas para capacitação e mentorias individuais e 250 delas se apresentaram para uma banca de investidores, clientes e parceiros.</p>
Tecnologia e Comunicações	MDIC	<p>Programa Nacional Conexão Startup Indústria O programa trabalha para aproximar startups e indústrias, com foco na integração digital da cadeia de valor dos produtos industriais. O Conexão Startup Indústria é executado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e prevê investimentos de R\$ 50 milhões, nos próximos três anos, para a promoção do ambiente de negócios em inovação.</p> <p>A iniciativa reconhece a importância dos empreendedores nacionais como parte do processo de construção de uma nova indústria. Em 2017, o programa cadastrou 394 empresas de todo o país – 49 indústrias, 325 startups e 20 instituições de apoio. Com o avançar do projeto, levando em conta os critérios do edital, foram realizadas conexões – matches - envolvendo 10 indústrias, 27 startups e 5 instituições de apoio.</p>
Habitação	Cidades	<p>Minha Casa, Minha Vida A publicação da Resolução nº 836, de 6 de fevereiro de 2017, trouxe a ampliação das faixas de renda e a atualização dos limites de valor de venda ou investimento dos imóveis. De maio de 2016 a outubro de 2017, em todas as faixas de renda, foram contratadas 674 mil unidades habitacionais ao valor total de R\$ 87 bilhões, em todo o território nacional.</p>
Habitação	Cidades	<p>Cartão Reforma O programa Cartão Reforma é uma iniciativa do Governo Federal que busca melhorar as condições das moradias de famílias de baixa renda, por intermédio da concessão de subsídio para compra de materiais de construção e assistência técnica de profissionais da área de construção civil às famílias a serem beneficiadas, de forma a possibilitar a reforma, ampliação ou conclusão de unidades habitacionais.</p> <p>O Cartão Reforma está em processo de implantação, no início das etapas: cadastramento de municípios, de projetos e de famílias.</p> <p>A etapa de regulamentação foi finalizada em setembro e as atividades iniciaram em outubro.</p> <p>Foram publicados 2 editais de chamamento para que os municípios pudessem encaminhar seus projetos ao Ministério das Cidades. Ao todo, 1434 municípios participaram do processo de seleção, onde cerca de 14 mil famílias poderão ser contempladas com o orçamento de 2017.</p>
Riscos de Desastres	Cidades/ Integração/ Ciência, Tecnologia e Comunicação/ Minas e Energia- CPRM	<p>Gestão Integrada de Riscos de Desastres Naturais Em dezembro foi finalizado o projeto de Cooperação Técnica Internacional com o governo do Japão, voltado para o Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Riscos de Desastres Naturais (GIDES). O projeto contou com o financiamento da Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA, no valor de U\$ 10 milhões, voltados ao aprimoramento das ações integradas em gestão de riscos de desastres, com um compromisso interministerial para a capacitação dos municípios brasileiros. Foram produzidos 6 (seis) manuais técnicos com foco na redução de riscos de ocorrência de desastres decorrentes de eventos naturais no Brasil. O Projeto GIDES recebeu o Certificado de Distinção do Prêmio Sasakawa 2017, da Agência das Nações Unidas para a Redução de Risco de Desastres (UNISDR), da Organização das Nações Unidas (ONU), pelas contribuições à redução de riscos de desastres</p>

		naturais.
Saneamento urbano	Saúde	Ampliação do orçamento para saneamento básico O Ministério da Saúde ampliou em 89% o orçamento da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para 2017 (R\$ 940 milhões). A verba é aplicada em ações de implantação e melhoria do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em municípios com população até 50 mil habitantes. Atualmente, são financiados pela Funasa cerca de 800 projetos.
Saúde	Saúde	Financiamento de hospitais filantrópicos Em setembro o Governo Federal anunciou a sanção da Lei nº 7.606/2017, que cria o Pró-Santas Casas. São duas linhas de crédito, que deverão ser oferecidas pelos bancos oficiais federais (CEF, BB e BNDES), que prevê no Orçamento Geral da União recursos na ordem de R\$ 10 bilhões em um prazo de cinco anos. Os repasses federais destinados a essas unidades cresceram entre 2015 e 2016, passando de R\$ 14,1 bilhões para R\$ 15,3 bilhões. Apenas este ano, já foram investidos R\$ 8,4 bilhões no setor filantrópico brasileiro.
Segurança Pública	Defesa	Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Rio de Janeiro e varreduras em presídios A garantia da lei e da ordem consiste no emprego das Forças Armadas para promover a lei e a ordem nos estados da federação e nos estabelecimentos prisionais. As varreduras em presídios foram criadas para atender a uma necessidade de retirar ilícitos daquelas instituições no período de Janeiro/2017 a Janeiro/2018. Até outubro deste ano foram realizadas 32 varreduras em sete estados (AC, AM, MS, PA, RO, RN e RR). Em julho de 2017, foi assinado Decreto Presidencial, para emprego das Forças Armadas no Rio de Janeiro. E, em outubro de 2017 os ministérios da Defesa, da Justiça, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República assinaram com a Procuradoria Geral da República, um protocolo de intenções para combate ao crime organizado no Rio de Janeiro.
Melhoria do ambiente de negócios	MDIC MRE	Portal Sem Barreiras O Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações Brasileiras – SEM Barreiras é uma ferramenta de gestão pública online destinada ao exportador, possibilitando a comunicação de barreiras impostas sobre a entrada de produtos brasileiros em mercados estrangeiros. O sistema vale para a identificação de barreiras tarifária ou não tarifária, que geram custos extras ou até mesmo inviabilizam as exportações. O novo sistema prevê os seguintes processos: registro, tratamento, accountability, consulta e compilação de dados.
Melhoria do ambiente de negócios	MDIC Casa Civil	Setor Supermercadista Reconhecimento do setor supermercadista, por meio de decreto presidencial, como essencial à atividade econômica. A mudança era um pleito antigo do segmento varejista. Para se ter uma ideia da relevância deste segmento: os supermercados representam 83,7% da comercialização de produtos de primeira necessidade. Há cerca de 89 mil supermercados no Brasil, que empregam mais de 1,8 milhões de pessoas. O setor passou a contar com instrumentos jurídicos adicionais para negociar a abertura dos estabelecimentos aos domingos e feriados, em todo o Brasil.
Melhoria do ambiente de negócios	MDIC	Ações na Suframa – Zona Franca de Manaus Foram aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa 142 projetos industriais e de serviços. Os investimentos ultrapassam o valor de US\$ 2,1 bilhões, com a geração estimada de 4 mil postos de trabalho nos próximos três anos na região.

Melhoria do ambiente de Negócio	MDIC	<p>Sistema Brasileiro de Propriedade Industrial. Com ajuda de parceiros nacionais e estrangeiros, MDIC e INPI implementam e estudam uma série de medidas para reduzir o <i>backlog</i> (acúmulo) de análise de marcas e patentes e melhorar as condições estruturais do instituto. As medidas recentes para modernizar o sistema de propriedade industrial brasileiro promoveram avanços significativos. O instituto já apresenta redução de 11,6% do backlog de marcas e 6,6% do backlog de patentes. Também estão sendo implementadas as seguintes medidas: Estoque de patentes - Criação de regime de deferimento simplificado, por meio de Medida Provisória já em tramitação na Presidência da República. A expectativa é processar cerca de 204 mil pedidos de patentes ao longo de 2018, reduzindo o backlog da instituição. Modernização do fluxo – o INPI vai receber até R\$ 45 milhões de investimentos, a partir de um acordo de cooperação técnica entre MDIC, ABDI e INPI. O objetivo é melhorar a infraestrutura de TI e a reformulação dos processos, garantindo que o órgão alcance tempo compatível com as práticas internacionais. Em outra frente de atuação, MDIC e INPI firmaram acordos de PPH com Estados Unidos, União Europeia, Japão e países sulamericanos, para o compartilhamento de informações e a aceleração de exames técnicos de pedidos de patentes. Em 2018 entrará em vigor o acordo de PPH com a China. Também está sendo negociado um acordo com a Dinamarca.</p>
Melhoria do ambiente de negócios	MDIC RFB	<p>Novo Portal do Empreendedor Site com mais de 2 milhões de acessos mensais, foi completamente reformulado para facilitar a vida dos pequenos empresários. A principal funcionalidade do portal é permitir o cadastro dos Microempreendedores Individuais (MEI) junto ao governo federal. O projeto foi desenvolvido em tempo recorde de seis semanas. Principais mudanças: visual, segurança e acessibilidade, além de acesso direto às soluções, aos conteúdos e aos canais de atendimento disponíveis para um tema escolhido como crédito, acesso a mercados, inovação, capacitação, legislação, estatísticas entre outros.</p>

2. MELHORIA DA EFICIÊNCIA DO ESTADO

Foco	Órgãos envolvidos	Síntese
Combate à Corrupção	Transparência e Controladoria Geral da União	Ações de controle da corrupção No campo das ações de controle, um dos destaques foram as operações especiais, em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). Em 2017, foram 62 operações especiais (recorde histórico) realizadas em conjunto, que conseguiram estimar um prejuízo de cerca de R\$ 500 milhões. Desde 2003, foram mais de 310 operações e R\$ 4,6 bilhões de dano ao erário identificados. As principais políticas públicas afetadas são da área de Saúde e Educação, com cerca de 70% dos casos.
Combate à Corrupção	Transparência e Controladoria Geral da União	Detecção de casos de corrupção A detecção dos casos de corrupção representaram para os cofres públicos mais de R\$ 2,3 bilhões de economia efetiva. São benefícios financeiros decorrentes das auditorias e fiscalizações da CGU em 2017. Desde 2012, são R\$ 20 bilhões. A economia inclui cancelamento de licitação/contrato com objeto desnecessário; recuperação de valores pagos indevidamente; redução nos valores licitados/contratados; elevação da receita; e eliminação de desperdícios ou redução de custos administrativos, entre outras medidas.
Combate à Corrupção	Transparência e Controladoria Geral da União	Punições Adotadas O Governo Federal exonerou, de janeiro a novembro deste ano, 431 servidores públicos. O principal motivo foi a comprovação da prática de atos relacionados à corrupção, com 66% do total. Desde 2003, são mais 6.639 demissões, cassações de aposentadorias e destituições de cargos em comissão. Para as empresas, o Governo Federal atingiu a marca inédita de 169 processos administrativos de responsabilização (PARs), investigações em andamento contra empresas por atos de corrupção. Em 2017, cerca de 1,9 mil entes privados foram penalizados por irregularidades – no âmbito da Operação Lava Jato, foram quatro empresas declaradas inidôneas e proibidas de contratar com o setor público (Alumini, GDK, Tomé e Rodocon). Já em relação à Lei Anticorrupção, em 2017, foram assinados dois acordos de leniência com a UTC Engenharia (R\$ 574 milhões) e a Bilfinger (R\$ 9,8 milhões). Há ainda 11 em negociação, sendo cinco próximos da formalização por meio de memorando de entendimentos.
Combate à Corrupção	Transparência e Controladoria Geral da União	Reunião do Grupo Anticorrupção do G-20 O Brasil ocupa a presidência, no ano de 2017, juntamente com a Alemanha, do Grupo Anticorrupção do G20. Em março de 2017, foi realizada reunião em Brasília e contou com representantes das maiores economias do mundo para discutir temas relacionados à integridade, transparência, cooperação técnica e boas práticas na prevenção, detecção e punição de atos de corrupção. Em abril, o governo brasileiro, reuniu cerca de 150 pessoas, entre representantes das comitativas internacionais e de outros órgãos brasileiros, a exemplo do Tribunal de Contas da União (TCU), do Ministério Público Federal (MPF) e da Advocacia-Geral da União (AGU). O objetivo foi melhorar a cooperação internacional em processos civis e administrativos relacionados à corrupção, com a troca de experiências nas áreas de recuperação de ativos e punição de empresas.
Eficiência na Gestão	Advocacia-Geral da União	Acordos Planos Econômicos A Advocacia-Geral da União fez mediação de acordo entre poupadores e bancos referente aos planos econômicos dos anos de 1980 e 1990. Os acordos foram homologados em 18 de dezembro pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e se referem aos planos I sobre a correção de aplicações na poupança durante a vigência dos planos Bresser (1987), Verão (1989) e Collor 2 (1991). Mais de um

		milhão de ações que tramitam pelo Judiciário brasileiro deverão ser extintas.
Eficiência na gestão	Saúde	Desburocratização O Governo Federal está sistematizando 17,5 mil portarias do Ministério da Saúde. Desse total, estavam ativas 700 portarias, que serão distribuídas em 7 portarias que consolidarão as informações da demais e sem supressão de normas. O próximo passo é transformar a consolidação em um Código do SUS.
Eficiência na gestão	Planejamento, Saúde	Informatização na Saúde Lançado em dezembro de 2016, 17.531 Unidades Básicas de Saúde implantaram o Prontuário Eletrônico. Antes do lançamento, apenas 920 unidades contavam com essa informatização da informação do paciente. Meta até 2018 é que as mais de 40 mil UBS tenham implantado o prontuário eletrônico. Implementação de sistema para registrar os atendimentos e informações dos pacientes. Foram adquiridos três novos servidores que aumentam em 10 vezes a capacidade de armazenamento e processamento de dados de saúde enviados por estados e municípios. O investimento do Governo Federal foi de R\$ 67 milhões.
Eficiência na gestão	Saúde	Fazer mais com os mesmos recursos disponíveis na Saúde De maio de 2016 a dezembro de 2017, o Governo Federal economizou R\$ 4,5 bilhões com ações administrativas, negociação e revisão de contratos. O valor foi reinvestido completamente no SUS. R\$ 2,5 bi foram destinados para habilitar serviços de média e alta complexidade e custeio de UPAs, SAMU192. R\$ 1 bi para credenciamento de novas equipes na Atenção Básica. Além dessas ações com a renegociação de contratos foi possível aumentar o acesso da população aos medicamentos, aumentando a cobertura de vacinas e incluído tratamentos inovadores.
Eficiência na gestão	Planejamento	Painel de preços de referência para compras públicas A ferramenta Painel de Preços permite pesquisar, analisar e comparar os preços praticados pelo Governo Federal nas contratações de materiais e serviços. A iniciativa irá apoiar os gestores públicos na realização de pesquisas de mercado, análise e comparação de preços de referência na aquisição de bens e contratação de serviços gerais para a Administração Pública. Lançado em abril/2017.
Eficiência na gestão	Ministério do Trabalho	Observatório Nacional do Mercado de Trabalho O portal reúne informações sobre o Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, sete bases de dados (entre elas a Rais, o Caged e o Cadastro Único), publicações e notícias relacionadas à dinâmica do mercado de trabalho. Integra duas importantes ferramentas para a gestão das políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil: o Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho e o Ambiente Virtual da Rede Observatórios do Trabalho.
Eficiência na gestão	Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Programa Agro+ Integridade O Selo Agro+ Integridade é o prêmio de reconhecimento às empresas e entidades do setor que adotam práticas de governança e gestão capazes de evitar desvios de conduta e de fazer cumprir a legislação, em especial, a Lei Anticorrupção. O Pacto pela Integridade representa compromisso na implementação de políticas internas, procedimentos e regras (compliance) anticorrupção. O pacto visa ainda o envolvimento de toda a sociedade a fim de que atos ilícitos sejam impedidos e repudiados por todos; não só pela autoridade pública. Lançamento em novembro de 2017.
Eficiência na gestão	Trabalho	Sistema antifraude no Seguro Desemprego O Ministério do Trabalho começou a operar uma plataforma tecnológica para ampliar a capacidade de identificação de requerimentos suspeitos, e bloquear

		<p>pagamentos indevidos do seguro-desemprego.</p> <p>A base para o rastreamento é o CPF do trabalhador, o que também ajudará a reduzir problemas de duplicidade de matrícula no Programa de Inclusão Social (PIS). As fraudes provocam a perda de recursos destinados a trabalhadores demitidos, que dependem do seguro-desemprego até voltarem ao mercado de trabalho.</p> <p>De janeiro até meados de novembro, 49 mil requerimentos foram bloqueados, impedindo o pagamento de mais de R\$ 633 milhões – valor que poderá chegar a R\$ 1,35 bilhão.</p>
Eficiência na gestão	Desenvolvimento Social e Agrário/INSS	<p>Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Até o dia 15/12 o governo federal economizou R\$ 3,2 bilhões com a revisão dos Benefícios por Incapacidade pagos pelo INSS. Nessa primeira etapa, estão sendo convocados 530 mil beneficiários que recebem o auxílio-doença e que não passavam por perícia médica há mais de dois anos. Já foram enviadas 435.607 cartas e realizadas 249.878 perícias. A ação resultou no cancelamento de 199.572 benefícios, mais de 80% do total. A ausência de convocados levou ao cancelamento e outros 26.701 benefícios. Além disso, 40.933 benefícios foram convertidos em aposentadoria por invalidez, 2.115 em auxílio-acidente, 1.318 em aposentadoria por invalidez com acréscimo de 25% no valor do benefício e 5.940 pessoas foram encaminhadas para reabilitação profissional.</p>
Eficiência na gestão	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	<p>Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) Em 2017, os trabalhos do CDES dividiram-se em dois ciclos, com temas sugeridos pelo Presidente da República e pelos conselheiros.</p> <p>O 1º ciclo, realizado nos meses de janeiro e fevereiro, teve reuniões de grupos de trabalho montados para discutir os temas de “ambiente de negócios”, “educação básica”, “agronegócio”, “produtividade e competitividade”, e “desburocratização e modernização do Estado”.</p> <p>Como resultado dos debates ocorridos nesse primeiro ciclo, o Conselho apresentou ao Presidente da República, durante a 46ª Reunião Plenária do CDES, realizada em 7 de março, três recomendações sobre cada tema. Ao todo foram 15 recomendações, que originaram 26 medidas anunciadas pelo Presidente como compromissos de governo – as chamadas “determinações presidenciais”, que são pactuadas com os ministérios responsáveis, incluindo prazos e metas.</p> <p>Até o início de dezembro, 96% das determinações presidenciais referentes ao 1º ciclo de GTs foram implementadas ou estavam sendo executadas dentro do prazo determinado. Dentre as principais realizações do Governo, em atenção às recomendações do CDES, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Lançada a Política de Formação Inicial e Continuada Docentes e Gestores pelo MEC no dia 18 de outubro de 2017; – Lançada a Política de Inovação Educação Conectada em 23 de novembro de 2017 pelo MEC; – Criado e instalado o Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância pelo MDS; – Instalado e em funcionamento o Conselho Nacional para a Desburocratização (CND), coordenado pela Casa Civil; – Apoiada pelo Governo, foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada a Lei 13.444 de 11 de maio de 2017, que cria a Identificação Civil Nacional (ICN); – Foi publicado o Decreto nº 9.094/2017 que simplifica a relação do Estado com o cidadão, também conhecido como Decreto da

		<p>Boa Fé;</p> <ul style="list-style-type: none"> – Instituída e instalada a Comissão de Consolidação dos Decretos de Caráter Normativo do Governo Federal no âmbito da Casa Civil; – Lançada a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM); – Lançado o Censo Agropecuário, que deverá finalizar a coleta de dados até fevereiro de 2018; – Superada a meta para regularização fundiária prevista para 2017; – Implantados os Modais do Portal Único do Comércio Exterior; – Aprovado o PL nº 6.787/2016 que trata da modernização trabalhista; – Aprovado o PL nº 4.302/1998 que trata da terceirização. <p>Em relação ao 2º ciclo de grupos de trabalho, ocorrido em abril e maio de 2017, foram estabelecidos cinco novos temas para discussão: “relações internacionais e política comercial”, “segurança pública e desenvolvimento”, “investimento e intermediação financeira”, “empregabilidade no Brasil do século XXI” e “saúde”. Esses grupos de trabalho produziram 15 novas recomendações, que serão apresentadas ao Presidente na próxima reunião plenária.</p> <p>No entanto, várias ações do Governo já estão sendo executadas em atenção às novas recomendações do Conselho, entre elas destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Ampliação da Estratégia Saúde da Família, com o aumento do número de Agentes de Saúde; – Início da implementação do prontuário eletrônico pelo Ministério da Saúde; – Entrou em vigor a Nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB); – Instituição do “Conjunto Mínimo de Dados” pelo Ministério da Saúde, como forma de integração de dados públicos e privados de saúde; – Lançada pelo MEC a Política Nacional de Alfabetização, em 25 de outubro de 2017; – Homologado pelo Presidente da República, em 20 de dezembro de 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); – Publicado o Decreto nº 9.195/2017 que institui o Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações Brasileiras – SEM Barreiras; – Instituída a TLP, pela Lei nº 483 de 21 de setembro de 2017; – Sancionada a Lei nº 13.476/2017 que cria registro eletrônico de garantias para empréstimos; – Aprovado o PLS nº 212/2017 que permitirá a inclusão automática de consumidores no chamado “Cadastro Positivo”; – Lançado pelo BNDES o Fundo de Coinvestimento Anjo para apoiar empresas brasileiras inovadoras (startups).
Eficiência na gestão	Transparência e Controladoria Geral da União	<p>4ª Conferência Lei da Empresa Limpa O Governo Federal reconheceu 23 empresas, de diversos portes e setores da economia, com o selo de integridade Pró-Ética 2017. As companhias foram aprovadas, por relevantes instâncias governamentais e da sociedade civil, como comprometidas com a implementação de medidas e políticas de prevenção e combate à corrupção nas suas relações de negócio com os setores público e privado. O anúncio foi realizado durante a 4ª Conferência Lei da Empresa Limpa, em dezembro de 2017.</p>

Eficiência na gestão	Transparência e Controladoria Geral da União	<p>Ouvidoria Avaliação Cidadã de Serviços e Políticas Públicas O Governo Federal facilitou o acesso automatizado de cidadãos e instituições que desenvolvem aplicativos que avaliam serviços e políticas públicas, ao Sistema Informatizado de Ouvidorias (e-Ouv).</p> <p>Por meio da iniciativa, foram analisados mais de 140 mil denúncias e manifestações de cidadãos sobre serviços públicos do Governo Federal, com a geração de 7 relatórios de avaliação cidadã. As principais parcerias firmadas com plataformas e aplicativos foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tá de Pé? (Aplicativo): Cidadão monitora a construção de creches; - Monitorando a Merenda (Aplicativo): Alunos avaliam a qualidade da merenda escolar; - Todxs (Aplicativo): Registra casos de LGBTfobia para que as denúncias sirvam como base para criação e melhoria de políticas públicas ao público LGBT. - Reclame Aqui (site): Parceria para receber e tratar as reclamações de cidadãos sobre serviços públicos federais postadas no site.
Eficiência na gestão	Governança Pública	<p>Política de Governança Pública Projeto de Lei assinado pelo presidente da República, Michel Temer, lançou a Política de Governança Pública, trazendo modernidade para o país. A política de governança vai contribuir para a melhoria na prestação dos serviços públicos aos cidadãos. Desburocratização, crescimento sustentável e justiça social contribuirão para um Brasil mais eficiente, com políticas previsíveis e com o tratamento da coisa pública com mais responsabilidade e lisura.</p>
Eficiência na gestão	Cidades	<p>CNH Digital Entre as principais vantagens da Carteira de Motorista Digital estão a praticidade e a segurança, já que o documento eletrônico armazena dados em QR Code, dentro de um sistema criptografado de acesso às informações. O código bidimensional é um item de segurança que já está presente, desde maio, nas novas carteiras de motorista impressas e, agora, no documento digital com um sistema ainda mais seguro. O Detran-DF é o segundo órgão de trânsito do país a adotar a CNH digital. O primeiro foi o de Goiás. Atualmente, mais de 200 mil condutores de veículos do DF, que possuem a CNH em papel com QR Code no verso, podem solicitar suas carteiras digitais. Os condutores que já possuem CNH com QR Code podem solicitar o novo documento direto no portal de serviços do Denatran (https://portalservicos.denatran.serpro.gov.br).</p>
Energia	Minas e Energia	<p>Recuperação da Petrobras Nos primeiros nove meses deste ano, a Petrobras registrou lucros perto de 5 bilhões. No mesmo período do ano passado, a empresa havia sofrido prejuízo de quase 17 bilhões de reais. A empresa alcançou, no final de novembro, recorde de produção diária de petróleo no pré-sal: 1 milhão, 600 mil e 500 barris diários. As medidas tomadas pelo governo federal para recuperação da Petrobras já mostram resultados importantes também no cenário internacional. Em fevereiro, a Agência de Classificação de Risco Standard & Poor's (S&P) mudou a classificação de risco da dívida corporativa da companhia de B+ para BB-. A perspectiva para a nota da empresa também melhorou, de negativa para estável. No relatório sobre a Petrobras, a S&P afirmou que a melhora no nível de risco da estatal reflete a evolução da sua liquidez e uma robusta posição de caixa que confere maior capacidade para lidar com possíveis contingências, ou seja, diminuiu os riscos de a companhia não honrar seus compromissos. A recuperação do relacionamento com bancos domésticos e internacionais e da capacidade da Petrobras acessar o mercado de capitais também foi ressaltada pela agência, que considerou como positivas as operações de gestão da dívida. Também foi destacado o avanço do Programa de Desinvestimentos e as perspectivas para o atingimento da meta estabelecida para 2017 e 2018. A Standard &</p>

		<p>Poor's também ressaltou o foco em lucratividade pela administração da companhia, a estrutura de capital mais equilibrada e o compromisso com a desalavancagem, assim como a consistência da nova Política de Preços, que permite maior visibilidade para a geração de caixa da Petrobras.</p>
<p>Modernização da Legislação</p>	<p>Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</p>	<p>Nova Lei das Agências Reguladoras Projeto já aprovado no Senado Federal, e em análise na Câmara dos Deputados, garante maior autonomia administrativa e financeira para as agências reguladoras. Entre as mudanças está a negociação sobre orçamento do órgão feita diretamente com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Outros destaques são o mandato de cinco anos para os dirigentes da agência, e a indicação de um Ouvidor, com mandato de três anos e nome submetido à aprovação do Senado Federal.</p>

3. SOCIAL E CIDADANIA

Foco	Órgãos envolvidos	Síntese
Assistência à infância	Desenvolvimento Social e Agrário	<p>Criança Feliz O Programa é implementado em colaboração com todos os níveis de governo, e visa ampliar a rede de atenção e o cuidado integral com a primeira infância. Público prioritário: Crianças e gestantes beneficiárias do Bolsa Família; Crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada. No total, 2.624 municípios já aderiram ao programa. Objetivo é acompanhar até quatro milhões de pessoas, entre gestantes e crianças, ao final de 2018.</p>
Cultura	Cultura	<p>Atualização da Instrução Normativa da Lei Rouanet A nova Instrução Normativa nº 1, publicada no DOU de 21 de março regulamentou a Lei Rouanet, com o objetivo de diminuir a burocracia e a concentração de fatores como autores dos projetos, região e beneficiários. A Lei é o principal instrumento de fomento à cultura no país.</p> <p>A Instrução Normativa 4, publicada no DOU de 1º de dezembro, estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais do mecanismo de Incentivo Fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).</p>
Cultura	Cultura	<p>Fortalecimento e modernização do fomento ao Audiovisual Incentivo à produção do audiovisual, e ampliação do diálogo com atores da sociedade civil do setor, com a divulgação de editais. Formação de produtores, diretores e cineastas, democratização do acesso e prevenção dos conteúdos audiovisuais, fortalecimento dos centros técnicos audiovisuais e cinemateca brasileira.</p> <p>Ações realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Publicação de 6 editais para o setor entre maio e novembro; - Implantação de 15 núcleos de produção digital até julho; - Assinatura de acordo de produção cinematográfica Brasil – China em setembro; - Organização da Reunião de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosul em outubro e - Criação de grupos de trabalho sobre cobrança da CONDECINE para VOD (vídeos sob demanda) e pirataria para a Ancine.
Cultura	Cultura	<p>Atlas da Cultura Brasileira Inédito no Brasil, trata-se de trabalho fundamental para a compreensão da importância da cultura na composição do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Em 2017, o Ministério da Cultura lançou os dois primeiros volumes da Coleção Atlas Econômico da Cultura Brasileira. Ao todo, serão seis obras que pretendem, utilizando metodologia e critérios unificados de aferição, dimensionar o impacto da cultura na economia do País. Com investimento de R\$ 1,3 milhão do Governo Federal, a obra completa da coleção tem conclusão prevista para abril de 2018.</p>
Cultura	Cultura	<p>Centro de Esportes e Artes Unificado Espaço de fomento à formação cultural em regiões de alta vulnerabilidade. Atualmente, o país dispõe de um total de 330 operações ativas em 310 municípios de 26 UFs do país. Operações inauguradas ainda não ativas: 155 em 139 municípios de 24 unidades da federação.</p>
Cultura	Cultura	<p>Apoio a feiras literárias no país Durante o ano o Governo Federal apoiou 11 feiras literárias com um investimento de cerca de R\$2,1 milhões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Feira Literária Pan Amazônica (PA); - Passo Fundo (RS); -Ponta Grossa (PR);

		<ul style="list-style-type: none"> - Montes Claros (MG); - Jandaíra (BA); - Teresina (PI); - Campos dos Goytacazes (RJ); - Rio Branco (AC); - Fortaleza (CE); - Palmeira dos Índios (AL); e - Cariri (CE).
Cultura	Ministérios da Cultura, Desenvolvimento Social, do Turismo e do Esporte	<p>Projeto Rio de Janeiro a Janeiro O projeto tem o objetivo de aproveitar a cultura como mola propulsora do desenvolvimento econômico do estado, atração de turismo, investimento, geração de renda e emprego. É um calendário de eventos a serem realizados durante todo o ano de 2018. Investimento do Governo Federal: R\$ 200 milhões (R\$ 150 milhões de patrocínio aos eventos + R\$ 50 milhões de promoção das ações). <u>Perspectiva de aumento de 20% no turismo local – incremento em R\$ 6 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) do estado.</u> Lançado em outubro.</p>
Cultura	Cultura e Relações Exteriores	<p>Criação do Prêmio Monteiro Lobato O Ministério da Cultura e o governo português criaram o prêmio que tem paralelo com o Prêmio Camões de Literatura, mas será destinado exclusivamente a autores (escritores e ilustradores) que publiquem livros voltados ao público formado por crianças e adolescentes. A comissão julgadora será composta por representantes do Brasil, de Portugal e de países africanos de língua oficial portuguesa.</p> <p>A premiação vai consagrar um escritor e um ilustrador de livros de língua portuguesa para a infância e a juventude.</p> <p>A divulgação do Prêmio foi feita durante a X Reunião de Ministros da Cultura da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Salvador (BA). Em maio.</p>
Educação	MEC	<p>Novo Ensino Médio A Reforma do Ensino Médio foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Michel Temer em fevereiro/2017. A proposta estabeleceu a base legal para novas regras no Ensino Médio, incluindo mudanças como flexibilização do currículo para permitir ao aluno escolher a área de seu maior interesse para aprofundamento de estudos ou uma área de ensino técnico profissional. Estados e municípios já estão aptos a adotar o Novo Ensino Médio.</p>
Educação	MEC	<p>Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental A BNCC contempla os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos, pactuada com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Todas as escolas e redes de ensino deverão adaptar e rever os seus currículos em 2018 para iniciar a implementação da base em 2019 e até 2020. A BNCC foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 15 de dezembro de 2017 e sancionada pelo ministro da Educação em 20 de dezembro de 2017. A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio deverá ser encaminhada ao Conselho Nacional de Educação no primeiro semestre de 2018.</p>
Educação	MEC	<p>Novo Fies A Lei do Novo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) foi sancionada pelo presidente da República, Michel Temer, em 7 de dezembro de 2017. O Novo Fies entra em vigor já no primeiro semestre de 2018 e é dividido em três modalidades. No total, o Novo Fies vai garantir 310 mil vagas, das quais 100 mil a juros zero, para estudantes com renda mensal familiar per capita de até três salários mínimos. O Fies antigo estava com altos níveis de inadimplência.</p>

Educação	MEC	Aumento do orçamento para Educação O orçamento do MEC, considerando-se a dotação atualizada de 2017, foi 6,5% maior que o total empenhado em 2016. Mesmo diante do ajuste fiscal anunciado recentemente, o orçamento do Ministério em 2017 foi superior em R\$ 4,4 bilhões ao que foi executado em 2016. O incremento orçamentário beneficiou, entre outras áreas: programas e ações da educação básica; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; Hospitais universitários; e Ensino superior.
Educação	Defesa	Formação de mulheres na linha bélica das Forças Armadas Em fevereiro de 2017, a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), em Campinas (SP) recebeu a primeira turma de mulheres. O concurso de 2017 teve a participação de 22 mil candidatos homens e 8 mil mulheres, o que resultou numa relação de 197 candidatas por vaga. Desses jovens, entre 16 e 21 anos, 446 compõem a turma de 2017, sendo 40 alunas, que optaram por entrar para o Exército. Daqui a cinco anos, essas alunas sairão da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) como as primeiras oficiais da linha bélica.
Emprego	Ministério do Trabalho	Sine Fácil O Sine Fácil permite que as pessoas acessem vagas de emprego, busquem informações sobre Abono Salarial, acompanhem os pagamentos de parcelas do Seguro-Desemprego e visualizem os seus vínculos empregatícios. Nele o trabalhador também pode consultar as cerca de 50 mil vagas diárias, de todo o país. As novas vagas inseridas podem ser acompanhadas em tempo real. Desde seu lançamento, há seis meses, o Sine Fácil encaminhou 200.340 mil trabalhadores às vagas ofertadas. Em 23/05 foi lançada a primeira versão do aplicativo e a segunda em 23/11.
Esporte	Esporte	Bolsa Pódio Após desempenho recorde nos Jogos Olímpicos Rio 2016, o Governo Federal decidiu manter os investimentos no programa Bolsa Pódio, com vistas aos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020. Em 2017, foram publicadas três listas da Bolsa Pódio, contemplando 291 atletas. O investimento anual soma R\$ 37,4 milhões. São 134 atletas olímpicos (R\$ 16 milhões) e 157 atletas paralímpicos (R\$ 21,4 milhões). Destes, 73 foram medalhistas nos Jogos Rio 2016.
Esporte	Esporte	Bolsa Atleta Após desempenho recorde nos Jogos Olímpicos Rio 2016, o Governo Federal decidiu manter os investimentos no programa Bolsa Atleta, com vistas aos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020. A verba disponível para o programa Bolsa Atleta em 2017 foi de R\$ 125,794 milhões. O ministério lançou edital para seleção de novos atletas. Foram aprovados 5.793 esportistas de modalidades olímpicas e paraolímpicas.
Esporte	Esporte	Autoridade de Governança do Legado Olímpico A Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO) foi criada pela MP 771/2016, em substituição à Autoridade Pública Olímpica (APO), com a competência de viabilizar a adequação, manutenção e utilização das instalações esportivas olímpicas e paraolímpicas constantes da matriz de responsabilidade dos Jogos Rio 2016; administrar as instalações olímpicas e promover estudos que subsidiem a gestão sustentável sob os aspectos econômico, social e ambiental; firmar parcerias com a iniciativa privada em empreendimentos de infraestrutura para melhoria e exploração das instalações esportivas; e elaborar o plano de utilização das instalações olímpicas e paraolímpicas, sujeito à supervisão e à aprovação do Ministério do Esporte.

		<p>Em junho a AGLO apresentou plano de legado que contempla o esporte de alto rendimento, o esporte educacional e projetos sociais e culturais. Neste ano, mais de 90 eventos foram realizados no Parque Olímpico da Barra e no Parque Olímpico de Deodoro, numa média de 13 eventos por mês. Cerca de 288 mil pessoas participaram dos eventos, dentre os quais, mais de 13.500 atletas.</p> <p>Outros 69 eventos estão confirmados para serem realizados nos dois complexos e há outras 222 solicitações em análise.</p>
Juventude	Secretaria Nacional de Juventude	<p>Identidade Jovem O Programa é um documento digital criado para garantir os direitos à mobilidade e à cultura previstos no Estatuto da Juventude.</p> <p>Até novembro de 2017, foram emitidas 414.639 cartões da ID Jovem em 25 unidades federativas, além do Distrito Federal. Os lançamentos nos estados foram realizados pela Carava ID Jovem, que iniciou as ações em março deste ano.</p>
Juventude	Secretaria Nacional de Juventude	<p>Plano Juventude Viva O plano que contempla ações divididas em quatro eixos - desconstrução da cultura de violência; inclusão, oportunidade e garantia de direitos; transformação de territórios e aperfeiçoamento institucional – busca prevenir a violência física e simbólica contra a juventude, com atenção especial aos jovens negros, do sexo masculino, que vivem nas periferias dos centros urbanos e estão em situação de maior vulnerabilidade.</p> <p>Em junho foi instituído o Comitê Gestor Federal Juventude Viva – CGJUV - instância gerencial de caráter deliberativo, que irá acompanhar as ações de execução do Plano Juventude Viva e o Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos Juventude Viva.</p> <p>Atualmente o Plano está em consulta pública e suas ações serão adequadas à realidade das estatísticas apresentadas pelo Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), lançado em novembro.</p>
Juventude	Secretaria Nacional de Juventude	<p>Plataforma Juventude Segura A Plataforma contribui para a articulação do Governo Federal, com os governos estaduais e o distrito federal, na construção, consolidação e integração de políticas públicas de segurança que garantam os direitos de adolescentes e jovens, promovendo a mobilização e participação de diferentes segmentos governamentais e da sociedade.</p> <p>Dentre as ações realizadas estão o 3º Encontro com o tema Juventude e política de Drogas, em Vitória (ES), em 26/01; o 4º Encontro com o Tema Juventude e Armas, em Manaus (AM), em 21/02; o 5º Encontro com o tema Juventude e Acesso à Justiça, em Porto Alegre (RS), em 10/03 e o 6º encontro do primeiro ciclo de debates com o Tema Abordagem Policial, em Recife (PE), em 04/04/2017.</p> <p>Desses 6 encontros da Plataforma Juventude Segura, resultou o Livro “Juventude Segura”, lançado no dia 12 de dezembro.</p>
Políticas ambientais	Meio Ambiente MAPA MEC Casa Civil	<p>Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa O presidente da República, Michel Temer, instituiu a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa. O objetivo é articular, integrar e promover programas e ações indutoras da recuperação de florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como impulsionar a regularização ambiental das propriedades rurais brasileiras, em área total de, no mínimo, 12 milhões de hectares, até 31 de dezembro de 2030. A Política será implantada por meio do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), lançado em 16 de novembro de 2017, durante a Conferência do Clima, COP 23, em Bonn, na Alemanha. Em janeiro</p>
Políticas ambientais	Meio Ambiente	<p>Desastre de Mariana (MG): atuação articulada Atualmente, são pagos 8.267 auxílios emergenciais, garantindo assistência a 19.654 pessoas (titulares e dependentes). Está em curso também o Programa de</p>

		<p>Indenização Mediada (PIM). São 42 programas socioambientais e socioeconômicos a cargo da Fundação Renova, que visam a assegurar a recuperação ambiental e a compensação dos graves danos decorrentes da tragédia. O sistema de governança associado ao CIF, que envolve cerca de 70 organizações públicas federais, estaduais e municipais, é inédito no mundo e tem mostrado resultados de suma importância. A empresa Samarco foi notificada 73 vezes e recebeu 24 autos de infração do Ibama, que totalizam R\$ 345 milhões. Entre as ações acompanhadas pelo Comitê Interfederativo (CIF), presidido pelo Ibama, destacam-se: o reforço das estruturas remanescentes dentro da área da Samarco; a construção de estruturas de grande porte, como a Barragem de Santarém, que garantiu a interrupção definitiva da saída de rejeitos da área da mineradora desde dezembro de 2016; e a implantação de um sistema robusto e automatizado de monitoramento da qualidade da água na bacia do rio Doce, que hoje detém o sistema mais completo do país nesse campo. Na esfera da compensação, cabe destacar a destinação de R\$ 500 milhões para programas de saneamento ambiental.</p>
Políticas para as Mulheres	Secretaria de Governo / Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	<p>Entrega de equipamento público Entrega de duas Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres vítimas de Violência para o estado do Tocantins. Com essas unidades, o Governo Federal já entregou 60 ônibus em todo o Brasil. Em 28/08.</p>
Políticas para as Mulheres	Secretaria de Governo / Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres	<p>Lançamento da Rede Brasil Mulher Rede de mobilização que integra governos, sociedade civil, iniciativa privada e organismos internacional, pactuando ações concretas em 5 eixos: Enfrentamento à violência, Educação, Saúde, Espaço e Poder e Autonomia econômica. Por Decreto Presidencial em 06 de dezembro.</p>
Políticas inclusivas	Desenvolvimento Social e Agrário	<p>Bolsa família: reajuste e melhorias no programa Em 2017, pela primeira vez na história do programa, a fila de acesso ao benefício foi zerada sete vezes (nos meses de janeiro, fevereiro, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro). Os mecanismos de controle foram aprimorados e a quantidade de bases utilizadas aumentou.</p>
Políticas inclusivas	Desenvolvimento Social e Agrário	<p>Benefício de Prestação Continuada (BPC) Em janeiro/2017, o Governo Federal mudou as regras do BPC, ampliando a rede de atendimento, e o requerimento pode ser feito nos estados e municípios, além das agências da Previdência Social. Após uma década sem revisão dos benefícios, o Ministério também começou, no mesmo mês, um “pente-fino” no qual detectou irregularidades que estão sendo corrigidas.</p>
Políticas inclusivas	Incra	<p>Regularização Fundiária Rural a mudança da legislação de titulação de terras e reforma agrária resultou na emissão de 87.607 Contratos de Concessão de Uso e 23.959 Títulos de Domínio para famílias em projetos de assentamentos no período de janeiro a novembro de 2017. Em áreas de regularização fundiária, o Incra expediu 19 títulos de domínio no Distrito Federal no mesmo período. Por meio de convênios com estados foram emitidos títulos de domínio nos estados do Ceará, Sergipe e Rio Grande do Norte.</p>
Políticas inclusivas	Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	<p>Jornada reduzida para servidores com familiares com deficiência A lei que estende a servidores públicos que têm parentes com deficiência o direito à jornada de trabalho reduzida beneficiou, até 4 de dezembro, 1.152 servidores com a concessão do horário especial.</p>
Promoção dos direitos das pessoas com deficiência	Ministério dos Direitos Humanos	<p>Elaboração e disponibilização de Manual de Adaptações de Acessibilidade O manual foi resultado de uma consultoria especializada contratada por meio de Projeto de Cooperação Internacional da UNESCO que aconteceu de fevereiro a novembro de 2016. O instrumento, publicado em 9 de janeiro, deve ser preenchido por profissionais habilitados, sob responsabilidade dos gestores dos prédios</p>

		da administração pública federal, com o objetivo de diagnosticar a situação de acessibilidade das edificações públicas e permitir a elaboração de planos de trabalho com metas progressivas de correção das não-conformidades.
Promoção dos direitos das pessoas com deficiência	Ministério dos Direitos Humanos	Plano para a melhoria da Acessibilidade dos sítios eletrônicos governamentais Em 12 de janeiro foi editada a portaria interministerial que padronizou o processo de coleta das informações por meio do Formulário Eletrônico de Acessibilidade Digital (FAD), elaborado pela equipe do governo eletrônico, e estabeleceu a produção de um plano de trabalho para melhoria contínua da acessibilidade digital.
Promoção dos direitos das pessoas com deficiência	Ministério dos Direitos Humanos	Elaboração e disponibilização de Curso à Distância sobre Língua Brasileira de Sinais – Libras Lançamento do curso de ensino à distância da Língua Brasileira de Sinais (Libras), criado em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).
Promoção dos direitos das pessoas com deficiência	Ministério dos Direitos Humanos	Parceria com o UNICEF para a criação de livro acessível referencial Elaboradas as diretrizes para o desenvolvimento de materiais didáticos digitais acessíveis, bem como os requisitos necessários às ferramentas de leitura desses livros digitais.
Promoção dos direitos das pessoas com deficiência	Ministério dos Direitos Humanos	Governança e monitoramento da Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência Neste ano o Governo Federal prestou apoio financeiro para a realização de projetos institucionais selecionados de Organizações do Movimento das Pessoas com Deficiência, visando a governança e a capacidade de monitoramento da Convenção. A Convenção tem como princípio o fortalecimento da participação das pessoas com deficiência, seja como indivíduos ou como instituições, em todos os aspectos da vida. Em relação aos projetos apoiados estão o “Encontro de Gerações”, que realizou a formação de 200 novas jovens lideranças do movimento das pessoas com deficiência. Outro projeto foi a “Capacitação de gestores das instituições de e para pessoas com deficiência”. Ambos os projetos tiveram recursos do Governo Federal, e contam também com parcerias com organismos internacionais, como por exemplo a OEI.
Promoção da igualdade racial	Ministério dos Direitos Humanos	Coletânea “História da África” para ensino fundamental e médio Está em fase de impressão a publicação do livro didático "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Infantil". Serão impressos 48,222 exemplares em parceria entre o Ministério dos Direitos Humanos, Ministério da Educação e a Universidade Federal de São Carlos (Ufscar).
Promoção da igualdade racial	Ministério dos Direitos Humanos	Implantação do Cadastro Nacional de Órgãos e Conselhos de Igualdade Racial Por meio do acordo de Cooperação Internacional com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi desenvolvido o aplicativo para o cadastramento eletrônico dos Entes Federados de seus respectivos órgãos e conselhos de promoção da igualdade racial. Em novembro de 2017.
Promoção da igualdade racial	Ministério dos Direitos Humanos	Acordos de Cooperação Internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Os acordos de cooperação preveem a: <ol style="list-style-type: none"> 1. elaboração de um guia de orientação para a criação dos órgãos de igualdade racial e outro para os respectivos conselhos, para viabilizar a institucionalização destes e posterior adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir); 2. elaboração de termos de referência como base para os participantes do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade

		Racial (Sinapir) apresentarem a sua candidatura para receberem os recursos financeiros para execução em 2018. Em novembro de 2017.
Saúde	Saúde e Defesa	Apoio da FAB ao transporte de órgãos Decreto presidencial de junho/2016 permitiu que aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) fossem usados para transporte de órgãos transplantes em todo o território nacional. Em 2017 foram transportados 199 órgãos/tecidos. O número também é 2016, quando foram transportados 184 itens. A FAB é acionada somente quando não há voos para atender a uma emergência.
Saúde	Saúde e Defesa	Reforço de combate ao Aedes aegypti O Governo Federal promoveu uma série de medidas para combater o <i>Aedes aegypti</i> . Entre elas estão: - Obrigatoriedade de os municípios informarem a situação da infestação do mosquito para planejamento de ações de combate, sob pena de deixarem de receber recursos. - Campanha “Sexta sem mosquito”, com mutirão em órgãos públicos, unidades de saúde, escolas, residências e outros. - Aumento de 15% no Piso Fixo de Vigilância em Saúde, passando de R\$ 1,70 bilhão em 2016 para R\$ 1,96 bilhão em 2017. Esse recurso é usado para combate a doenças como zika, dengue e chikungunya. Até 25 de novembro, foram notificadas reduções significativas em todo o país nos casos prováveis de doenças transmitidas pelo mosquito. No caso da dengue, a redução é de 83,4% em todo o país, passando de 1,4 milhão para 243.525. Os casos de prováveis de febre chikungunya caíram de 274.050 para 184.660 casos, com redução 32,1% em relação ao mesmo período do ano passado. E os casos de zika caíram 92% em relação ao período anterior, saindo de 214.727, para 17.047.
Saúde	Saúde	Distribuição de testes de zika vírus O Governo Federal distribuiu 3,4 milhões de testes rápidos de zika para todo o país. O teste detecta infecção pelo vírus em algum momento da vida e tem o objetivo de investigar a condição imunológica do paciente no momento da consulta médica. Toda a população pode ter acesso ao teste quando o médico suspeitar de infecção. O Governo Federal iniciou processo de aquisição para o fornecimento de 1,5 milhão de testes para 2018.
Saúde	Saúde	Microcefalia: habilitação de novos serviços Em 2017, foram habilitados 7 Centros Especializados em Reabilitação (CERs), correspondendo a um investimento anual de R\$ 13,2 milhões. Atualmente, existem 192 CERs habilitados no País, gerando investimento federal de R\$ 403,7 milhões anuais. Essas unidades são referência na reabilitação e oferecem serviços especializados, incluindo a estimulação precoce. Em julho desse ano, foi anunciada a habilitação de 882 novas equipes para os Núcleos de Apoio de Saúde da Família, que contam com profissionais de fisioterapia, terapeuta ocupacional e fonoaudiólogos.
Saúde	Saúde	Microcefalia: investimentos em pesquisa Desde 2016, o Governo Federal aplicou R\$ 250 milhões no financiamento de pesquisas relacionadas às três doenças causadas pelo mosquito. Será criado um banco nacional de amostras biológicas, relacionados às doenças transmitidas pelo <i>Aedes</i> , como sangue, urina e saliva. O Biobanco servirá de suporte aos especialistas e pesquisadores, permitindo que análises futuras possam ser realizadas com a ajuda destes materiais.
Saúde	Saúde	Programa Mais Médicos: prioridade para brasileiros Para tornar o país autossuficiente na oferta de médicos, o Governo Federal pretende chegar a 4 mil substituições de médicos cooperados por brasileiros em três anos, reduzindo de 11,4 mil para 7,4 mil participantes cubanos e aumentando, na mesma proporção, o número de brasileiros. Atualmente, do total de médicos participantes, 47,1% são profissionais

		da cooperação com a Organização Panamericana para a Saúde (Opas), 45,6% brasileiros formados no Brasil ou no exterior e 4,16% são intercambistas estrangeiros.
Saúde	Saúde, Cidades	Apoio a hospitais filantrópicos O Programa de Financiamento Específico para Santas Casas e Hospitais Sem Fins Lucrativos que atendem o SUS (Pró-Santas Casas) foi criado em setembro de 2017. A iniciativa fortalece o setor filantrópico brasileiro e prevê no Orçamento Geral da União recursos na ordem de R\$ 10 bilhões, a serem operados pelos bancos oficiais federais (BNDES, CEF e BB) em duas linhas de crédito em um prazo de cinco anos. Serão liberados R\$ 2 bilhões anuais consignados no Orçamento Geral da União. Inicialmente, o programa terá duração de cinco anos, começando em 2018 e terminando em 2022.
Saúde	Saúde	Renovação da frota do SAMU Desde janeiro de 2017 o Ministério da Saúde distribuiu 565 ambulâncias do SAMU 192, substituindo as que circulavam havia cinco anos sem renovação. O investimento foi de R\$ 68 milhões. Até o final de 2018 serão 2.249 ambulâncias substituídas. Em julho, foi anunciado a compra de 1.500 novas ambulâncias para o SAMU 192, 6.500 ambulâncias brancas e 1.000 vans para transporte sanitário.
Saúde	Saúde	Novas tecnologias e medicamentos 40 novas tecnologias e medicamentos foram incorporadas ao SUS: Dolutegravir (Aids), Rivastigmina (Alzheimer), Paracalcitol (hiperparatireoidismo), Cinacalcete (hiperparatireoidismo), Tobramicina (antibiótico inalatório), 4 em 1 (Veruprevir, Ritonavir, Ombitasvir e Dasabuvir) – Hepatite C, Cirurgia Bariátrica por videolaparoscopia, e Escleroterapia (Varizes). Repassados R\$ 6,2 bilhões aos estados para compra de medicamentos e R\$ 11,8 bilhões em compra centralizada pelo Ministério da Saúde de medicamentos, vacinas e soros enviados aos estados. Além disso, foi adotada medida que permite adequar a oferta da Penicilina (Penicilina Benzatina e Penicilina Cristalina) para o combate à Sífilis. O Ministério da Saúde também está estimulando a produção nacional de 52 medicamentos prioritários para o SUS.
Saúde	Saúde	Melhor medicamento para o tratamento da Aids Em 2017, o Ministério da Saúde incorporou ao SUS o “dolutegravir”, considerado atualmente o melhor medicamento para tratamento da Aids. A negociação do fármaco resultou na redução de 70% no preço, um desconto de R\$ 504 milhões na compra de 40 milhões de comprimidos. Com isso, a incorporação não alterou o orçamento do Ministério da Saúde para aquisição de antirretrovirais, que é de R\$ 1,1 bilhão.
Saúde	Saúde	Habilitação de UPAs Desde o início do governo, 206 UPAs passaram a contar com financiamento do Governo Federal. Para garantir que as unidades concluídas e que não estão em funcionamento, foi alterado o modelo assistencial e de financiamento das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) em todo o Brasil. Gestores poderão definir a capacidade de atendimento das unidades a partir de oito opções de funcionamento e capacidade operacional, vinculando os repasses de custeio mensal à quantidade de profissionais em atendimento por plantão. Atualmente, existem no país 562 Unidades de Pronto Atendimento 24 horas funcionando contando com incentivo federal mensal de R\$ 1,7 bilhão para custear os serviços. Capacidade de atendimento estimada em 104 milhões de habitantes. O Governo Federal monitora o avanço de novas UPAs, para começarem a funcionar em até 90 dias após a conclusão das obras. Para novas construções, foram investidos R\$ 1,5 bilhões para 839 unidades. Atualmente 223 UPAs 24 horas estão em obras e já com recursos empenhados.

Saúde	Saúde	SUS Legal: mudanças na forma de repasse O formato de transferência de recursos para estados e municípios passou de seis blocos de financiamentos para apenas dois: custeio e investimento. O novo formato possibilita ao gestor mais agilidade e eficiência na destinação dos recursos.
Saúde	Saúde	Diretrizes de assistência ao parto normal Novas diretrizes para o parto normal foram lançadas em março de 2017. A humanização no SUS, o protagonismo da mulher na hora do parto, a elaboração e discussão do Plano de Parto são algumas ações voltadas à redução das altas taxas de intervenções e cesarianas desnecessárias.
Saúde	Saúde	Vacinação de HPV para meninos e Meningite C O Brasil é o 1º país da América do Sul e o 7º do mundo a inserir a vacina contra HPV para meninos no Programa Nacional de Imunização. São 6 milhões de doses com investimento de R\$ 288,4 milhões em 2017 para vacinar 3,6 milhões de meninos de 12 e 13 anos em 2017. Foram adquiridas 15 milhões de doses contra meningite C, com investimento total de R\$ 656,5 milhões. Outra ação foi a parceria entre Saúde e Educação para ampliar cobertura vacinal de HPV e Meningite C nas escolas.
Saúde	Saúde	Novos Protocolos clínicos Desde 2016, 48 protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas foram aprovados pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Foram 8 elaborados (Protocolo de uso da zidovudina para tratamento do adulto com leucemia/linfoma associado ao vírus HTLV-1, PCDT de Imunossupressão Cardíaco, PCDT de Imunossupressão de Pulmão, PCDT de Imunossupressão Hepático, Diretriz Brasileira para o Tratamento Percutâneo do Aneurisma de Aorta Abdominal, Distúrbio Mineral Ósseo, Diretrizes Metodológicas para Elaboração de Diretrizes Clínicas, Diretriz de Parto Normale), por exemplo. Outros 48 protocolos estão em análise.
Saúde	Saúde	Combate à Febre Amarela Desde o início de 2017, o Ministério da Saúde enviou 23,9 milhões de doses extras da vacina contra febre amarela para os 5 estados que registraram casos suspeitos da doença (MG, SP, ES, RJ e BA), além de outros localizados na divisa com áreas que tenham notificado casos. Além disso, distribuiu 4,36 milhões doses da vacina de rotina para todas as unidades da federação. Outras 853,4 mil doses foram enviadas para intensificar ações em outros estados.
Saúde	Saúde	Aumento do orçamento para a Saúde Ampliação de 13,5% para 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União aplicada na saúde. A medida garantiu mais R\$ 10 bilhões para o Sistema Único de Saúde em 2017, subsidiando a manutenção da estrutura de saúde. O percentual que determina o gasto mínimo em ações e serviços públicos de saúde foi ampliado por meio da Proposta de Emenda à Constituição nº 55 aprovada em 2016 no Congresso Nacional. Pela regra constitucional até então vigente (Emenda Constitucional 86) o percentual de 15% da RCL só seria alcançado em 2020. Pela nova regra, já em 2017 atinge os 15% da RCL e o valor mínimo para ser aplicado na saúde passa a ser de R\$ 115,3 bilhões.
Saúde	Saúde	Estoque Automático de Medicamentos Novo sistema irá integrar as informações de distribuição, estoques e acesso aos medicamentos do SUS em todo o país. A Base Nacional de Dados da Assistência Farmacêutica permitirá o melhor planejamento da compra, do controle de validade e os remanejamentos. A experiência em quatro estados mostrou que a iniciativa pode evitar desperdícios de até 30% dos fármacos entregues. Ao todo, 2.440 municípios do país já fornecem dados para a Base Nacional. Lançado em 25 de outubro.

Saúde	Saúde	<p>Habilitação de UPAs Desde o início do governo, 206 UPAs passaram a contar com financiamento do Governo Federal. Para garantir que as unidades concluídas e que não estão em funcionamento, foi alterado o modelo assistencial e de financiamento das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) em todo o Brasil. Gestores poderão definir a capacidade de atendimento das unidades a partir de oito opções de funcionamento e capacidade operacional, vinculando os repasses de custeio mensal à quantidade de profissionais em atendimento por plantão. Atualmente, existem no país 562 Unidades de Pronto Atendimento 24 horas funcionando contando com incentivo federal mensal de R\$ 1,7 bilhão para custear os serviços. Capacidade de atendimento estimada em 104 milhões de habitantes. O Governo Federal monitora o avanço de novas UPAs, para começarem a funcionar em até 90 dias após a conclusão das obras. Para novas construções, foram investidos R\$ 1,5 bilhões para 839 unidades. Atualmente 223 UPAs 24 horas estão em obras e já com recursos empenhados.</p>
Segurança Hídrica	Cidades, Integração Nacional, MMA e Casa Civil	<p>Plano Novo Chico Investimento de R\$ 1,1 bilhão para preservar recursos hídricos em 217 municípios, no período 2017-2020. Do total, R\$ 805 milhões serão aplicados na construção de sistemas de esgotamento sanitário em 137 cidades; outros R\$ 356,9 milhões serão destinados a ações de abastecimento de água em 80 municípios. A ação prevê ainda proteção e recuperação de nascentes; controle de erosões; recuperação de áreas degradadas; modernização da irrigação e investimentos em Unidades de Conservação. O Decreto de Conversão de Multas Ambientais foi assinado em 23 de outubro de 2017. A primeira destinação será a revitalização de nascentes nas microbacias hidrográficas que alimentam o Rio São Francisco.</p>
Segurança pública	Justiça e Segurança Pública	<p>Doação de veículos para estados A medida aumenta a autonomia dos sistemas prisionais estaduais, promove maior segurança no transporte e locomoção de presos, bem como ajuda nas ações de ressocialização dos apenados.</p> <p>Em abril de 2017 foi concluída a doação de 292 furgões cela e todos os 27 estados foram contemplados.</p> <p>Além disso, em novembro de 2017 mais 9 estados foram contemplados com a doação de 21 caminhões 4x4 para transporte de presos.</p>
Segurança Pública	Justiça e Segurança Pública	<p>Plano Nacional de Segurança Pública Lançado pelo Governo Federal em fevereiro de 2017, objetiva a integração, coordenação e cooperação entre Governo Federal, estados e sociedade. Entre os pontos principais estão a modernização do sistema penitenciário e o combate integrado às organizações criminosas. Também estão entre as prioridades a redução do feminicídio e da violência contra a mulher; a diminuição de homicídios dolosos e o combate integrado ao tráfico de drogas e armas.</p> <p>A execução do Plano começou pelas cidades de Natal (RN), Aracaju (SE) e Porto Alegre (RS), em 20 de fevereiro de 2017, por meio da atuação da Força Nacional de Segurança Pública em apoio aos órgãos policiais locais, seja no patrulhamento de áreas estratégicas, como em investigações e perícias de crimes de homicídio. Também foram realizadas capacitações de profissionais locais para reforçar a prevenção e a repressão qualificada ao crime e à violência, interligação de sistemas de informação e a doação de equipamentos, veículos e armamentos.</p> <p>O mesmo trabalho vem sendo feito no Rio de Janeiro, desde 5 maio de 2017, com a Força Nacional, e com apoio adicional da Polícia Federal e Rodoviária federal (desde 10 de julho de 2017), além das Forças Armadas. Entretanto esse trabalho vai muito além dos limites da capital ou das divisas do estado. As operações têm acontecido desde a faixa de</p>

		fronteira e principais corredores rodoviários, portos e aeroportos, e mesmo em países vizinhos, em parceria com órgãos estrangeiros.
Segurança Pública	Justiça e Segurança Pública	Construção e reforma de presídios Repasse de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões) para cada unidade federativa utilizar em itens de custeio, sendo recomendado o uso em bloqueadores de celular e escâner corporal. 20 estados optaram por investir em bloqueadores de celular, totalizando aproximadamente R\$ 48.706.214,28.
Segurança Pública	Justiça e Segurança Pública	Articulação com Poder Judiciário sobre questão penitenciária Firmado em janeiro/2017 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e pela Defensoria Pública da União, o Acordo de Cooperação Técnica Defensoria Sem Fronteiras objetiva promover ações nas prisões brasileiras, como as já realizadas: Políticas Sociais e Participação Social 1. Implantação de Centrais de Alternativas Penais e Centrais de Monitoração Eletrônica; 2. Promoção da utilização das audiências de custódia, em parceria com o sistema de justiça criminal; 3. Realização de mutirão multidisciplinar do DEPEN, para atendimento de 1.303 pessoas privadas de liberdade no complexo de Alcaçuz, em Natal/RN; 4. Implementação de rotinas de segurança para as visitas por meio da capacitação de aproximadamente 230 Agentes Penitenciários; 5. Diagnóstico do sistema penitenciário e realização de ações do Programa Defensoria Sem Fronteiras nos estados do AM e RN, com atuação de Defensores Públicos dos Estados e da União, sendo realizados 5.215 atendimentos na região metropolitana de Manaus/AM e 1.303 atendimentos em Natal/RN; 6. Projeto Mutirão de Mulheres Livres: Ação de levantamento de dados de mulheres privadas de liberdade com filhos nas unidades prisionais, com filhos na primeira infância e presas provisórias; verificação situação processual. Foram realizados o levantamento de dados de mulheres privadas de liberdade nos estados de SP, RJ, MG, PR e PE. 7. 11/12/2017 - Acordo de Cooperação Técnica com o Paraná, para execução do piloto do projeto; 8. Programa Identidade Cidadã no RN (Alcaçuz), AM, MG, RR, CE, SC, BA e MA que consiste na emissão de documentação básica para a população prisional; 9. Realização do Workshop Internacional "Defensoria no Manicômio" na cidade do Rio de Janeiro/RJ; 10. Contribuição com a execução do Compromisso "Prevenção à Tortura, a Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes no Sistema Prisional" do 3º Plano de Ação Brasileiro na Open Government Partnership ; 11. Metodologias de inspeção em unidades prisionais. 12. Realização de vistorias em 15 estabelecimentos prisionais nos estados de Goiás e Minas 13. Criação do Selo de Responsabilidade Social – RESGATA. Reconhece as organizações públicas ou privadas que utilizam mão de obra oriunda do sistema prisional brasileiro; 14. Defesa do Sistema Prisional Brasileiro em processo em curso na corte Interamericana de Direitos Humanos em Washington/EUA e San José/Costa Rica.
Social e Cidadania	Defesa, Desenvolvimento Social, Educação, Esporte, Integração	Projeto Rondon Em 2017, o projeto Rondon completou 50 anos com ações que beneficiam comunidades de regiões carentes. O projeto cria oportunidades para que os universitários conheçam a realidade do território e as necessidades do povo brasileiro. Durante seus 50 anos de

	Nacional, Meio Ambiente, Saúde, Presidência da República.	história, realizou 76 operações, em 1.142 municípios de 23 estados, envolvendo a participação de 2.170 Instituições de Ensino Superior (IES) e 21.436 universitários e professores, alcançando mais de dois milhões de pessoas.
Social e Cidadania	Integração Nacional e Defesa	Carro-pipa A Operação é dividida em dois eixos de atuação: a Operação Carro-Pipa Federal, que atende áreas rurais, e a Operação Carro-Pipa Estadual, para áreas urbanas. Consiste na mútua cooperação técnica e financeira entre o Ministério da Integração Nacional e o Ministério da Defesa para atendimento do semiárido nordestino e das regiões norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Atualmente, 838 municípios são atendidos em 9 estados. A média de investimentos mensal é de cerca de R\$ 70 milhões. Destaca-se que o número de municípios beneficiados pelo programa pode mudar de acordo com a avaliação mensal que é realizada pelo Exército Brasileiro.
Social e Cidadania	Defesa, Esporte e Desenvolvimento Social	Programa Forças no Esporte (PROFESP) é uma vertente do Programa Segundo Tempo do governo federal, desenvolvido pelo Ministério da Defesa, com o apoio da Marinha, Exército e Aeronáutica em parceria com os Ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Social. No PROFESP, as crianças de escolas públicas, de áreas carentes e com maior vulnerabilidade social, vão para as organizações militares (da Marinha, Exército e Aeronáutica) no horário em que não estão na escola e participam de práticas esportivas, culturais e reforço escolar. Atualmente, o PROFESP atende 23 mil crianças em todos os estados brasileiros.
Social e Cidadania	Ministério do Trabalho	Carteira de Trabalho Digital Versão eletrônica, digitalizada, da carteira de trabalho impressa e dá acesso a todo o histórico laboral do trabalhador - todas as experiências profissionais formais podem ser acessadas no aplicativo. A ferramenta permite solicitar a primeira e a segunda via da carteira de trabalho física. No primeiro momento, a Carteira de Trabalho Digital, lançada em 21 de novembro, não substitui o documento físico.

4. O BRASIL E O MUNDO

Foco	Órgãos envolvidos	Síntese
Comércio Exterior	Relações Exteriores	Resgate do propósito original do MERCOSUL O governo brasileiro tem promovido, em conjunto com os demais sócios do Mercosul, o resgate da vocação original do bloco: livre comércio, democracia e direitos humanos. Foram eliminadas 57 barreiras ao comércio intrabloco, entre 78 identificadas. Foi concluído o Protocolo de Facilitação de Investimentos (PCFI), de iniciativa brasileira, Sob a presidência brasileira, aproximou-se da conclusão do Protocolo sobre Contratações Públicas e a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL por violação da cláusula democrática. Os países do bloco demonstraram que não há alternativa à ordem democrática na região.
Comércio Exterior	Relações Exteriores	Aproximação com e Aliança do Pacífico O Brasil e os demais sócios do MERCOSUL têm promovido maior convergência entre o bloco e a Aliança do Pacífico. Em 2017 foi assinado novo acordo comercial entre MERCOSUL e Colômbia, que ampliou a liberalização do comércio brasileiro com a Colômbia de 84% para 97% da pauta tarifária. Os setores automotivo, têxtil e siderúrgico serão particularmente beneficiados. O Brasil tem trabalhado também para aprofundar o acordo bilateral de complementação econômica com o México, com o objetivo de liberalizar ainda mais as trocas comerciais.
Comércio Exterior	Relações Exteriores	Relações MERCOSUL com outras regiões do mundo Após 20 anos de negociações, há perspectiva realista de conclusão do acordo entre MERCOSUL e União Europeia. Ainda sob a presidência brasileira, entrou em vigor o acordo comercial do MERCOSUL com o Egito. Além disso, o bloco está envolvido em tratativas comerciais com Canadá, Coreia do Sul, Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), Tunísia, Marrocos. Com a Índia, o objetivo é ampliar a liberalização comercial do Acordo de Comércio Preferencial. O Brasil e seus sócios têm buscado também negociações comerciais com países do Sudeste Asiático. Na Cúpula de Brasília, em dezembro, foi lançado diálogo exploratório com Singapura.
Comércio exterior	Relações Exteriores/MAPA	Exportações de Proteína Animal As exportações em 2017 (janeiro-novembro), já somam cerca de US\$ 56,4 milhões. Após a deflagração da Operação Carne Fraca da Polícia Federal em 17 de março, o MAPA recebeu 225 comunicações de 66 países impondo restrições ao produto brasileiro. Com a atuação conjunta do Itamaraty com outros órgãos do governo federal, as restrições impostas às exportações de carnes do Brasil foram retiradas da quase totalidade dos compradores do produto brasileiro (apenas Santa Lúcia, Trinidad e Tobago e Zimbábue mantêm restrições). As exportações de carnes (bovina, suína, de aves, caprina e ovina) atingiram US\$ 1,3 bilhão em novembro, com aumento de 14,3% ante US\$ 1,2 bilhão verificado no mesmo mês de 2016.
Comércio Exterior	Relações Exteriores	Organização Mundial do Comércio (OMC) O Brasil obteve, em outubro, uma importante vitória em contencioso instaurado na OMC contra as barreiras comerciais da Indonésia à importação de carne e produtos de frango. A abertura da Indonésia ao frango brasileiro representa mercado estimado em, ao menos, US\$ 70 milhões. Ainda em 2017, o Brasil iniciou contencioso contra o Canadá, em defesa do produtor nacional, em relação aos subsídios concedidos pelo governo canadense ao setor aeronáutico. O Brasil avalia que os elevados subsídios concedidos pelo Canadá à Bombardier resultaram em grave prejuízo à indústria aeronáutica nacional. Enquanto mantém seu comprometimento com as regras multilaterais da OMC, o Brasil também se engajou nas negociações em curso na OMC de acordos

		plurilaterais em temas como facilitação de investimentos, pequenas e médias empresas e comércio eletrônico.
Política Externa	Relações Exteriores/Meio Ambiente	COP 23 Durante a COP 23, realizada em novembro de 2017, o governo brasileiro lançou o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg); anunciou a redução de 28% do desmatamento nas unidades de conservação federais; e destacou que está tramitando, no Legislativo, o projeto para instituir a Política Nacional de Biocombustíveis (Renovabio). Além disso, foi lançada a candidatura do Brasil para sediar a COP 25 , que ocorrerá em 2019. A iniciativa aguarda aprovação pelo Grupo de Países da América Latina e Caribe, o que deve ocorrer até 2018.
Política Externa	Relações Exteriores/Meio Ambiente	Lançamento da Plataforma para o Biofuturo A declaração de visão da Plataforma para o Biofuturo foi anunciada em 16 de novembro de 2017, em Bonn, durante a 23ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 23) pelo Brasil e os demais países signatários da proposta. A Plataforma para o Biofuturo foi lançada em 2016, à margem COP-22.
Política Externa	Relações Exteriores	Diplomacia presidencial/ Participação nos principais foros da governança global (ONU, BRICS, G-20) O presidente Michel Temer realizou visitas bilaterais aos seguintes países: Portugal, Rússia, Noruega e China. O Presidente participou das Cúpulas do MERCOSUL, na Argentina, do G-20, na Alemanha, e do BRICS, na China. O presidente Temer também abriu a 72ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York e a Ministerial da OMC em Buenos Aires.
Política Externa	Relações Exteriores	Universalismo das Relações Exteriores do Brasil Foram fortalecidas as relações do Brasil com países desenvolvidos e em desenvolvimento, sem exclusivismos. Como expressão do universalismo da política exterior brasileira, e tendo como premissa nossa identidade sul-americana, o governo tem buscado aprofundar o diálogo econômico político com os EUA, reforçar a relação com a Europa, retomar a política para a África e fortalecer o relacionamento com a Ásia e o Oriente Médio.
Política Externa	Relações Exteriores	Eleição para o Conselho de Direitos Humanos A atuação externa do Brasil na área de direitos humanos foi coroada com a sua eleição ao Conselho de Direitos Humanos para o mandato 2017-2019. É a quarta vez em que o Brasil exercerá mandato no órgão.
Política Externa	Relações Exteriores	Eleição de brasileiros em órgãos internacionais O professor Antônio Augusto Cançado Trindade foi reeleito em novembro de 2017 para a Corte Internacional de Justiça, o principal tribunal das Nações Unidas. Fundada em 1945, sua função é deliberar sobre questões jurídicas entre Estados e responder a consultas de órgãos ou agências especializadas da ONU.
Política Externa	Relações Exteriores	Eleição de brasileiros em órgãos internacionais O embaixador Roberto Azevêdo foi reeleito em fevereiro à Direção Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).
Política Externa	Relações Exteriores/MAPA	Eleição de brasileiros em órgãos internacionais Guilherme Costa, servidor do Mapa, foi eleito, em julho, o novo presidente do Codex Alimentarius. A entidade, vinculada à ONU, à FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e à OMS (Organização Mundial de Saúde) trata de padrões, diretrizes e recomendações para a segurança, qualidade e comércio leal de alimentos em 188 países.
Política Externa	Relações Exteriores	Eleição de brasileiros em órgãos internacionais Em junho, a jurista Flavia Piovesan foi eleita membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), para mandato de quatro anos (2018-2021). O resultado da eleição reflete o reconhecimento internacional da

		contribuição positiva e constante do Brasil para os trabalhos da OEA e, em particular, da CIDH, desde sua criação em 1960.
Política Externa	Relações Exteriores	Eleição de brasileiros em órgãos internacionais José Dauster Sette foi eleito Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café, em Londres.
Política Externa	Relações Exteriores	Eleição de brasileiros em órgãos internacionais Diretor-Executivo da Polícia Federal Rogério Galloro foi eleito vogal das Américas no Comitê Executivo da Interpol, em Lyon.
Política Externa	Relações Exteriores	Eleição de brasileiros em órgãos internacionais Embaixador Silvio José Albuquerque e Silva foi eleito membro do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da ONU.
Política Externa	Relações Exteriores	Desarmamento e Não Proliferação Nuclear O Brasil foi o primeiro país a assinar o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares, um marco histórico na busca por um mundo livre de armas de destruição em massa. O Brasil foi um dos seis países que lideraram as negociações do tratado, em linha a tradição pacifista e da busca por um mundo livre de armas nucleares. Em setembro.
Política Externa	Relações Exteriores/Fazenda	Pedido de Acesso à OCDE Em maio, o Brasil solicitou acesso à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O ingresso na Organização trará diversos benefícios para a economia brasileira, entre os quais se destacam a reiteração do compromisso do Brasil com uma economia aberta, previsível, responsável e transparente e a promoção do intercâmbio de melhores práticas internacionais.
Comércio exterior	Relações Exteriores/MAPA	Exportações de Proteína Animal As exportações em 2017 (janeiro-novembro), já somam cerca de US\$ 56,4 milhões. Após a deflagração da Operação Carne Fraca da Polícia Federal em 17 de março, o MAPA recebeu 225 comunicações de 66 países impondo restrições ao produto brasileiro. Com a atuação conjunta do Itamaraty com outros órgãos do governo federal, as restrições impostas às exportações de carnes do Brasil foram retiradas da quase totalidade dos compradores do produto brasileiro (apenas Santa Lúcia, Trinidad e Tobago e Zimbábue mantêm restrições). As exportações de carnes (bovina, suína, de aves, caprina e ovina) atingiram US\$ 1,3 bilhão em novembro, com aumento de 14,3% ante US\$ 1,2 bilhão verificado no mesmo mês de 2016.
Política Externa e Segurança Internacional	Relações Exteriores/Defesa	Operações de Manutenção da Paz O País participou de 10 das 16 operações de paz das Nações Unidas em atividade. Em 15 de outubro chegou ao fim, por decisão do Conselho de Segurança, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), que, por 13 anos, foi comandada pelo Brasil. A Missão foi reconhecida como caso de sucesso – o que se deve, sobretudo, ao profissionalismo e à dedicação dos cerca de 36 mil “capacetes azuis” brasileiros que passaram pelo Haiti. O Brasil também tem posição de destaque na Força Interina da ONU no Líbano, (UNIFIL), cujo componente naval é comandado pelo País.
Política Externa	Relações Exteriores	Eficiência nos Serviços Consulares O Itamaraty tem realizado diversas ações para aprimorar a assistência consular a brasileiros: 1) celebração de acordos de cooperação jurídica internacional (cerca de 80 instrumentos); 2) assinatura de acordos de isenção de vistos (cerca de 90 instrumentos); 3) implantação do Sistema Consular Integrado - Nova Geração (SCI.ng), com maior integração de dados sobre documento (passaportes e vistos) com outros órgãos brasileiros (PF); e 4) serviço de saque extraordinário do FGTS no exterior (2017). O governo continua empenhado em incrementar a eficiência dos serviços consulares prestados, por meio da adoção do visto eletrônico ("e-Visa"), inicialmente para Austrália (já em funcionamento), Canadá, Estados

		<p>Unidos e Japão (a partir de janeiro de 2018); e da implantação de Centros de Processamento de Serviços Consulares ("Visa Centers") em Angola e na China (onde foram instalados doze "Visa Centers").</p>
<p>Relações Diplomáticas e Segurança Pública</p>	<p>Relações Exteriores e Defesa</p>	<p>Segurança das Fronteiras A cooperação internacional no combate a ilícitos transnacionais é uma das prioridades do governo. O Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça coordenam a articulação de parcerias para garantir a segurança no arco norte da fronteira brasileira.</p> <p>Em agosto o Ministério da Defesa iniciou uma série de encontros e reuniões com os ministros de Defesa de países vizinhos, como Peru e Bolívia.</p> <p>Operação Ágata – Conjunto de operações preventivas e repressivas pontuais, tais como patrulhamentos terrestres e fluviais; estabelecimento de postos de bloqueio e controle de estradas, vias urbanas e fluviais; revista de pessoas, veículos, embarcações e aeronaves; e intensificação da fiscalização de produtos controlados.</p> <p>A Operação, está inserida no Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) e estabelece novas linhas de atuação das Forças Armadas nos 16.886 quilômetros de fronteiras do Brasil com os 10 países sul-americanos.</p> <p>Segue diretriz de atuação integrada e coordenada das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública, dos órgãos de inteligência e da Secretaria da Receita Federal, em ações, em caráter de sigilo das ações para a sua efetividade.</p> <p>Sisfron - O projeto piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) está sendo implantado em cerca de 600 quilômetros da faixa de fronteira, monitorada pela 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, no sudoeste do Mato Grosso do Sul, a partir do município de Dourados. Trata-se de um moderno equipamento que permite fiscalizar a faixa de fronteira do Brasil com os 10 países sul-americanos. Em janeiro/2017, foi feito o anúncio do orçamento de R\$ 450 milhões para o Sisfron</p>